



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
Ano 2015

**Ana Catarina Morais
Dobler**

**A DIREÇÃO DAS IPSS E AS TOMADAS DE DECISÃO
DE NATUREZA PEDAGÓGICA – UM ESTUDO EM
CONTEXTO DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA**



Universidade de Aveiro Departamento de Educação
Ano 2015

**Ana Catarina Morais
Dobler**

**A DIREÇÃO DAS IPSS E AS TOMADAS DE DECISÃO
DE NATUREZA PEDAGÓGICA – UM ESTUDO EM
CONTEXTO DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação – Especialização em Administração e Políticas Educativas, realizada sob a orientação científica do Doutor Jorge Adelino Costa, Professor Catedrático do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro.

o júri

Presidente

Professor Doutor António Augusto Neto Mendes
Professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Professora Doutora Dora Maria Ramos Fonseca de Castro
Equiparada a Professora Adjunta, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Professor Doutor Jorge Adelino Rodrigues da Costa
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

À minha mãe que tanta paciência teve comigo ao longo de todo o caminho. Obrigada pelo teu amor incondicional.

Ao meu irmão que, com todos os seus afazeres, conseguiu sempre tempo para me ajudar quando eu precisei.

À Lita que nunca desistiu de mim, que sempre me valorizou e que foi tantas e tantas vezes a minha alavanca nos meus momentos de bloqueio e desânimo.

Ao Cajó por todo o carinho e apoio incondicional, estando sempre presente na ausência.

Ao meu orientador da Universidade de Aveiro, Professor Doutor Jorge Adelino Costa, pela sua disponibilidade, apoio, orientação e ensinamentos prestados.

A todos, o meu sincero obrigada.

palavras-chave

instituição particular de solidariedade social, educador de infância, direção, decisão pedagógica.

Resumo

O presente trabalho constitui uma investigação suportada pela opinião de Diretores Técnicos, Coordenadores Pedagógicos e Educadores de Infância que trabalham em IPSS, relativamente às tomadas de decisão de natureza pedagógica nestas Instituições. Para isso, socorremo-nos de um inquérito por questionários enviado a diversas instituições do país. Os resultados encontrados apontam para a sintonia de opiniões entre os diversos inquiridos, independentemente do seu posicionamento hierárquico, bem como para a semelhança de respostas entre as várias instituições.

keywords

private social solidarity institution, kindergarden teacher, direction, pedagogical decision.

abstract

This work is a research supported by the opinion of Technical Directors, Educational Coordinators and Kindergarten Teachers working in Private Social Solidarity Institutions, regarding the pedagogical decisions taken in these institutions.

In order to achieve these results, we developed a survey which was sent to several Portuguese institutions. The results point to a similarity of opinions among respondents, regardless of their hierarchical position, as well as a similarity in the answers done by the different institutions.

ÍNDICE GERAL

Índice geral	I
Índice de figuras.....	III
Símbolos e Acrónimos	V
INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-NORMATIVO	3
1.1. A Educação de Infância	3
1.2. O Educador de Infância	8
1.3. As Instituições Particulares de Solidariedade Social	15
1.3.1. Constituição e Estatutos de uma IPSS	18
1.3.2. Os Corpos Gerentes de uma IPSS.....	18
1.3.3. A Direção de uma IPSS	19
1.3.4. Análise Funcional dos Subsistemas Organizativos de uma IPSS.....	20
1.3.5. A hierarquia numa IPSS	22
2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	25
2.1. Investigação quantitativa	25
2.2. Procedimentos Metodológicos.....	26
2.2.1. Campo de análise e definição da amostra	26
2.2.2. Técnica e Instrumento de Recolha de Dados: o inquérito por questionário	26
2.2.3. Método de Análise da Informação	28
3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	29
3.1. Caracterização das Instituições.....	29
3.2. Participação dos técnicos em decisões institucionais	32
3.3. Presença dos dirigentes na Instituição.....	33
3.4. Decisão pedagógica	39
3.5. Autonomia pedagógica dos Educadores	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
LEGISLAÇÃO.....	61

Anexos.....	63
Anexo I – E-mail enviado às IPSS	65
Anexo II – Carta enviada às IPSS	67
Anexo III – Inquérito por Questionário	69
Anexo IV – Tabela com as respostas dos Diretores Técnicos, Coordenadores Pedagógicos e Educadores à questão 1 e 2	72
Anexo V – Tabela com as respostas dos Diretores Técnicos às restantes questões.....	74
Anexo VI – Tabela com as respostas dos Coordenadores Pedagógicos às restantes questões	79
Anexo VII – Tabela com as respostas dos Educadores às restantes questões	84

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma do modelo organizacional de uma IPSS	22
Figura 2 - Gráfico analítico das respostas	29
Figura 3 - Gráfico analítico das respostas	30
Figura 4 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	30
Figura 5 - Gráfico analítico as respostas dos Coordenadores Pedagógicos	31
Figura 6 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	31
Figura 7 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	32
Figura 8 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	32
Figura 9 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	33
Figura 10 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	34
Figura 11 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	34
Figura 12 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	34
Figura 13 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	35
Figura 14 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	35
Figura 15 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	36
Figura 16 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	36
Figura 17 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	37
Figura 18 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	37
Figura 19 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	38
Figura 20 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	38
Figura 21 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	38
Figura 22 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	39
Figura 23 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	40
Figura 24 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	40
Figura 25 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	41
Figura 26 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	41
Figura 27 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	41
Figura 28 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	42
Figura 29 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	43

Figura 30 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	43
Figura 31 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	43
Figura 32 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	44
Figura 33 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	44
Figura 34 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	45
Figura 35 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	45
Figura 36 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	45
Figura 37 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	46
Figura 38 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	47
Figura 39 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	47
Figura 40 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	48
Figura 41 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	48
Figura 42 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	48
Figura 43 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	49
Figura 44 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	49
Figura 45 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	50
Figura 46 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos	50
Figura 47 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos	51
Figura 48 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores	51

SÍMBOLOS E ACRÓNIMOS

CAO – Centro de Apoio Operacional

CATL – Centro de Atividades dos Tempos Livre

CRP – Constituição da República Portuguesa

DL – Decreto-Lei

EPE – Educação Pré-Escolar

ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo

ME – Ministério da Educação

MTSS – Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

OCEPE – Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar

PAA – Plano Anual de Atividades

art.^o - Artigo

cf. - confrontar

n.^o – Número

vol. – Volume

INTRODUÇÃO

Com este trabalho pretendemos dar conta de um projeto de investigação cujo tema é ***“A direção das IPSS e as tomadas de decisão de natureza pedagógica – um estudo em contexto de educação de infância”***.

Para este efeito, este trabalho divide-se nas seguintes partes: introdução, enquadramento teórico-normativo, metodologia de investigação, descrição e análise dos resultados e considerações finais.

Em primeiro, é apresentado o tema do projeto, exposta a fundamentação do mesmo com as perguntas de partida e seus objetivos.

De seguida, no enquadramento teórico-normativo, aborda-se a história da Educação de Infância, do Educador de Infância e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Posteriormente, é descrita a metodologia utilizada, a escolha da técnica de recolha de dados e a respetiva estratégia de intervenção.

Após esta fase, são apresentados os resultados através de tabelas e gráficos de forma a agilizar a compreensão e efetuar a análise dos mesmos.

Por fim, são expostas as considerações finais onde é descrito o que se concluiu da análise dos resultados como sendo respostas aos objetivos desta investigação.

Os objetivos pretendidos com esta investigação são os seguintes:

1. Compreender o processo de decisão pedagógica nas IPSS;
2. Analisar o papel e o âmbito de atuação dos dirigentes das IPSS nas decisões pedagógicas;
3. Conhecer a opinião dos Educadores de Infância em relação às tomadas de decisão de natureza pedagógica nas IPSS;
4. Identificar as áreas de intervenção e de autonomia dos Educadores de Infância nas IPSS.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-NORMATIVO

1.1. A Educação de Infância

Em Portugal, as primeiras instituições especificamente dedicadas às crianças até aos seis anos datam de 1834, durante o reinado de D. Maria II, pertenciam à iniciativa privada e manifestavam preocupações sociais (Rocha, 1984: 97-98).

Em 1870 dá-se a criação do Ministério da Instrução Pública, até então responsabilidade do Ministério do Reino, sector de governação que não conseguia responder a todas as necessidades, devido às múltiplas atividades que lhe competia desenvolver (Carvalho, 1986: 599). O mais importante diploma legislativo de D. António da Costa (Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública no governo do duque de Saldanha) foi a Reforma da Instrução Primária, promulgada a 16 de Agosto deste ano, em que decreta que “a instrução primária do 1º grau é obrigatória para todos os portugueses de ambos os sexos, desde a idade de sete a quinze anos”, acrescentando que “a frequência é permitida desde a idade de cinco anos” (art.º 29 do Diário do Governo, nº194 de 31 de Agosto do mesmo ano).

António Rodrigues Sampaio, na Carta de Lei de 2 de Maio de 1878, estabelece que “as Juntas Gerais do Distrito e as Câmaras Municipais promoverão a criação de asilos de educação como auxiliares da escola primária, para acolherem crianças de três até seis anos” (art.º 68 do Diário do Governo, nº110 de 16 de Maio). Foi, também neste ano, que publicou a sua reforma do ensino primário com assinaláveis diferenças entre esta e a reforma de D. António da Costa. Porém, esta não chegou a ser regulamentada. Apenas em 1881 assinou o Regulamento para a execução da sua reforma da instrução primária de 1878, todavia, mais de três anos decorridos, ainda não tinha sido regulamentada (Carvalho, 1986: 606-607).

Em 1880, com José Luciano de Castro no Governo, parece haver um real interesse em promover a criação de alguns jardins infantis e estimular a iniciativa privada. Nesse sentido, na Carta de Lei de 11 de Junho de 1880 pode ler-se no art.º 18 que fica estipulado que “no Orçamento Geral do Estado, será consignada anualmente uma verba para (...) auxílio à iniciativa particular e às associações para estabelecimento de Jardins de Infância” (Rocha, 1984: 157).

Apesar da publicação de uma das obras mais notáveis da pedagogia portuguesa (a Cartilha Maternal, de João de Deus, data de 1876) apenas em 1888 as Cortes portuguesas (parlamento) a escolheram como método oficial de aprendizagem da leitura (Carvalho, 1986: 608-612).

O início da educação de infância como sistema público de educação surge nas últimas décadas da monarquia, corresponde à primeira legislação sobre educação infantil (Diário do Governo, nº141 de 27 de Junho de 1896), relativa aos objetivos da Educação Pré-Escolar e à formação dos Educadores.

Até 1906, a maioria dos centros para as crianças com menos de seis anos não tinham objetivos educacionais preocupando-se com os cuidados e necessidades mais básicas das crianças.

Mais tarde, em 1911, durante a I República, duas leis acerca do pré-escolar – Diário do Governo n.º 73, de 30 de março de 1911 (reforma do ensino primário e infantil) e Diário do Governo n.º 198, de 25 de agosto de 1911 (programa das escolas infantis) – estabelecem fundamentos no que se refere aos objetivos, programa, qualificações dos professores, entre outros, mas muito pouco foi feito devido à situação económica caótica do país (Rocha, 1984: 270-274). No período de 1910 a 1926 foram criados onze jardins-de-infância, sete oficiais e quatro privados tipo João de Deus (Rocha, 1984: 277).

Durante o Estado Novo, com Carneiro Pacheco (1936), a educação da infância foi de novo considerada missão da família. As escolas-infantis oficiais

foram extintas (1937), as professoras foram integradas no quadro-geral e a questão da educação das crianças foi remetida para a família ou para a iniciativa privada. À Obra das Mães pela Educação Nacional, criada em 1936, cabia agora a promoção da Educação Pré-Escolar como complemento da ação da família. O estado propunha-se subsidiar a Obra das Mães e todas as «instituições particulares que promovam a assistência educativa pré-escolar» ao mesmo tempo que estimularia a ação educativa da família. O Estado voltaria a interessar-se pela Educação Pré-Escolar quando a escolaridade fosse uma realidade em todo o país (Braga, 2010: 16-18).

As duas primeiras escolas de formação de Educadoras de infância de iniciativa particular surgiram em 1954 em Lisboa, integradas num contexto religioso: o Instituto de Educação de Infantil (encerrado em 1975/76) e a Escola de Educadoras de Infância. Em 1958, a Escola João de Deus começou também a formar Educadoras. Em 1960, outras instituições privadas foram fundadas para formação profissional de Educadoras, pertencendo a maior parte a instituições religiosas.

Em 1971, com Veiga Simão no Ministério da Educação, a Educação Pré-Escolar foi reintegrada no sistema educativo oficial fazendo parte de uma larga remodelação do sistema educativo português. No entanto esta remodelação foi interrompida devido à Revolução 25 de Abril de 1974 (Bairrão e Vasconcelos, 1997: 10-11).

Após o 25 de Abril de 1974 assistimos a uma profunda mudança na sociedade portuguesa. As questões sociais, quer no que diz respeito às necessidades das mulheres que trabalham, quer o princípio da igualdade de oportunidades, fazem com que a educação de infância assuma uma nova dimensão. Os serviços de educação de infância passaram a estar dependentes apenas de dois ministérios: Ministério da Educação e Ministério do Emprego e Segurança Social (Bairrão e Vasconcelos, 1997: 12).

Em 1977, em cumprimento da alínea n) do artigo 167º da Constituição da República Portuguesa (CRP) de 2 de abril 1976, são publicadas pela Assembleia da República em 1977 as leis nº 5/77 e nº 6/77, ambas de 1 de fevereiro, reportando ao “sistema público de Educação Pré-Escolar” e “escolas normais de educação de infância” respetivamente, tendo sido um passo importante na formação de Educadores. Foram também promovidos por todo o país vários cursos de formação para pessoal auxiliar. A Educação Pré-Escolar tem carácter facultativo e destina-se às crianças desde os três anos até à idade de entrada no ensino primário (art. 2º da Lei 5/77).

De acordo com a filosofia do novo sistema pós-revolução, estender a Educação Pré-Escolar a toda a população tornou-se um objetivo nacional. O artigo 2º do DL n.º 542/79, de 31 de dezembro, estabelece os objetivos principais da Educação Pré-Escolar: “a) contribuir para a estabilidade e segurança afetivas da criança;” (...) “h) assegurar uma participação efetiva e permanente das famílias no processo educativo, mediante as convenientes interações de esclarecimento e sensibilização.”

Em 1986 foi publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46, de 14 de outubro) que se constituiu como o documento regulador do quadro geral do sistema educativo, defendendo, nomeadamente, o direito de todos os cidadãos à educação e cultura, e atribuindo ao Estado o dever de “promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares” (art. 2º). Esta Lei constituiu um marco legislativo muito importante, na medida em que a Educação Pré-Escolar foi finalmente apresentada como uma das componentes do sistema educativo (embora não se integre no ensino básico) e complementar da ação educativa da família, embora este sector continuasse a ter uma importância secundária porque, por um lado a sua frequência é facultativa e, por outro, não são definidas formas de articulação e ou apoio às famílias a quem cabia o “papel essencial no processo da Educação Pré-Escolar” (ponto 8, art.5).

Após o DL n.º468/88, de 16 de dezembro passam a existir no nosso país Escolas Superiores de Educação quer publicas como privadas cujo objetivo primordial é formar profissionais de Educação Pré-Escolar, com currículos próprios, algumas delas com orientações muito específicas, exemplo disso é a Escola Superior de Educação João de Deus. No entanto, ao fazermos uma leitura dos programas curriculares, constatamos que no global as disciplinas são comuns.

As diferenças de funcionamento e estatuto entre a rede oficial ligada ao Ministério da Educação e a rede ligada ao Ministério dos Assuntos Sociais bem como a estagnação a que se assistia da rede pública, levaram o Concelho Nacional da Educação, através do Parecer n.º 1/94, a propor um conjunto de recomendações para a formulação das políticas da Educação Pré-Escolar (Conselho Nacional de Educação, 1994). Foi assim que, em 1995, o Primeiro-Ministro, António Guterres, declarou que a expansão e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar seria uma das prioridades do seu governo e lançou o Programa de Expansão e Desenvolvimento do Pré-Escolar que estabelece um quadro geral integrador das diferentes modalidades institucionais, apontando para uma organização pedagógica e curricular comum (Ministério da Educação, 1996).

Observa-se uma nova evolução na educação de infância, com a criação de um grande número de Jardins de Infância por todo o país, com a definição da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº5/97, de 10 de fevereiro, que a consagra como a primeira etapa da educação básica) e com o Despacho nº 5220/97, de 4 de agosto (Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar), documento orientador da prática pedagógica. Esta Lei define o papel participativo das famílias (art. 4º), bem como o papel estratégico do Estado (art. 5º), das Autarquias (art. 6º) e da iniciativa particular, cooperativa e social (art. 7º). O Ministério da Educação passa a assumir a tutela pedagógica de todas as instituições; são clarificados os conceitos de rede pública (art. 13º) e de rede privada (art. 14), devendo o Estado promover a expansão de Jardins de Infância da rede pública e ir gradualmente assegurando a gratuitidade da componente educativa da Educação Pré-Escolar.

Com a da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei nº5/97, de 10 de fevereiro) são definidos os seguintes objetivos da Educação Pré-Escolar:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania;
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência do seu papel como membro da sociedade;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento global de cada criança, no respeito pelas suas características individuais, inculcando comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diversificadas;
- Desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico;
- Proporcionar a cada criança condições de bem-estar e de segurança, designadamente no âmbito da saúde individual e coletiva;
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança;
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

1.2. O Educador de Infância

Em todo o mundo existe uma preocupação cada vez maior relacionada com a questão da qualidade ligada à formação dos Educadores. Esta tem sido

identificada como fator determinante na elevação do estatuto profissional e da qualidade da educação de infância. A educação formal de que dispõe um Educador parece ser o preditor mais forte de um desempenho adequado. Assim, quanto mais elevada a formação do Educador, maior parece ser a sua sensibilidade e implicação profissional. Do mesmo modo, as interações experienciadas pela criança e o seu desenvolvimento parecem ser afetados pelas condições de trabalho, salário e nível de satisfação do Educador (Eurydice, 1997).

A preocupação com a formação dos profissionais especializados para trabalhar com as crianças dos 0 ao 5 anos de idade é relativamente recente. A ideia de que trabalhar com os mais pequenos é uma extensão da maternidade e que a maternidade é algo de instintivo tem alguma persistência na forma de encarar o trabalho com os mais pequenos, sobretudo os da faixa dos 0 aos 3 anos. Ora, se tantos pais têm de facto tantas dificuldades em desempenhar adequadamente essa função parental, como poderemos desvalorizar a educação e formação daqueles que cuidam e educam as crianças mais pequenas? Ficamos particularmente apreensivos se um filho de 16 anos tiver um professor incompetente durante 1 hora diária. Mas, surpreendentemente, não nos incomodamos muito com a formação dos educadores que dispendem 6 a 8 horas diárias com uma criança de 2, 4 ou 5 anos (Portugal, 2001: 155)

Ao longo do ano de 1997 é publicado todo um conjunto legislativo sobre a educação pré-escolar. O primeiro passo consistiu na aprovação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro) em que se consagra este nível educativo como a primeira etapa da educação básica. A partir desse momento foi aprovada e publicada legislação complementar que estrutura a expansão da Educação Pré-Escolar (EPE) no nosso país, destacando-se as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (Despacho n.º 5220/97, de 10 de julho) editadas pelo Ministério da Educação (Portugal, 2001: 156-157).

Considerada um fator essencial de qualidade na EPE, a formação dos Educadores é uma das áreas contempladas no programa para a expansão e

desenvolvimento desse nível de ensino e a alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo através da Lei nº 115/97, de 19 de setembro, refere já que os Educadores de Infância adquirem a qualificação profissional através de cursos superiores que conferem o grau de licenciatura, organizados de acordo com as necessidades do desempenho profissional no respetivo nível de educação e ensino. Esta exigência de grau de Licenciatura em Educação de Infância (4 anos de formação) resulta do reconhecimento por parte das entidades governamentais que uma formação de bacharelato (3 anos de formação) não daria resposta ao elevado grau de responsabilização e de exigência da atividade do Educador de Infância (Portugal, 2001: 157).

Os Educadores têm um papel vital na prossecução dos objetivos educacionais da infância sendo a formação adequada crucial. Considerando-se que os Educadores de Infância são profissionais generalistas, o que pressupõe uma boa preparação em áreas vastas do conhecimento, qualquer plano de estudos de uma formação e Educação de Infância deverá organizar-se por diferentes domínios científicos através de diversas disciplinas (Portugal, 2001: 162).

Barbara Thompson e Pamela Calder (1998) consideram que, independentemente do nível a que se destina a intervenção profissional do professor, é crucial a aposta na formação de um espírito crítico que desafie, coloque questões e alargue o pensamento do futuro Educador. A formação deste deverá, portanto, promover uma atitude de abertura e de questionamento relativamente a diferentes perspetivas e modos de atuar (Portugal, 2001: 172).

O DL n.º 240/2001, de 30 de agosto, vem situar e reconhecer as características relativas ao desempenho profissional do Educador de Infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, reconhecendo-os como profissional certificado, habilitado e qualificado para a docência. Este DL realça que o Educador:

- Promove aprendizagens curriculares, fundamentando a sua prática profissional num saber específico resultante da produção e uso de diversos saberes integrados em função das ações concretas da mesma prática, social e eticamente situada;
- Assume-se como um profissional de educação, com a função específica de ensinar, pelo que recorre ao saber próprio da profissão, apoiado na investigação e na reflexão partilhada da prática educativa;
- Exerce a sua atividade profissional na escola, instituição educativa.

A nível da sua participação na escola e da relação com a comunidade:

- Participa na construção, desenvolvimento e avaliação do projeto educativo da escola e dos respetivos projetos curriculares, bem como nas atividades de administração e gestão da escola, atendendo à articulação entre os vários níveis e ciclos de ensino;
- Colabora com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo a criação e o desenvolvimento de relações de respeito mútuo entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente, bem como com outras instituições da comunidade;
- Promove interações com as famílias;
- Cooperar na elaboração e realização de estudos e de projetos de intervenção integrados na escola e no seu contexto.

São especificadas no Anexo I ao DL n.º 241/2001, de 30 de agosto, de modo particular, as competências do Educador de Infância, reconhecendo-lhe a responsabilidade de:

- Conceber e desenvolver o respetivo currículo, através da planificação, organização e avaliação do ambiente educativo;
- Organizar o espaço e os materiais, de forma estimulantes e diversificada, para promover o desenvolvimento curricular;

-
- Proceder a uma organização do tempo de forma flexível e diversificada;
 - Mobilizar e gerir os recursos educativos;
 - Essencialmente, mobilizar conhecimentos e competências necessárias ao desenvolvimento de um currículo integrado, no sentido de fomentar o desenvolvimento integral da criança.

Bertram et al (citado por Portugal, G., 2001: 173-174) apresenta três categorias do comportamento do Educador facilitadoras ou não do desenvolvimento e aprendizagem da criança:

- Estimulação: a forma como o Educador intervém no processo e o conteúdo das suas intervenções;
- Sensibilidade: do adulto relativamente aos sentimentos de bem-estar emocional da criança – inclui aceitação, empatia e autenticidade;
- Autonomia: grau de liberdade que o adulto permite à criança para que possa experimentar, fazer julgamentos, escolher atividades ou expressar ideias e, ainda, o modo como o adulto lida com os conflitos, regras e questões comportamentais.

Gabriela Portugal apresenta-nos dois pressupostos básicos na Educação de Infância:

- “1. Os primeiros anos de vida da criança são críticos em todos os aspetos do seu desenvolvimento;
2. A educação de infância é uma tarefa complexa e exigente que requer profissionais altamente qualificados” (2001:180).

A mesma autora (2001: 165-166) apresenta também, além dos conhecimentos teóricos, algumas competências e atitudes necessárias ao desempenho do Educador de Infância:

- Conhecer o modo como a criança aprende;
- Conhecimentos sobre estratégias de gestão necessários ao trabalho em equipa;

- Ver a infância como etapa crucial no desenvolvimento do indivíduo;
- Ter em conta a criança na família e na sociedade;
- Promover a igualdade de oportunidades;
- Ter por base as políticas educativas;
- Apostar na investigação, com vista à melhoria e adequação das práticas;
- Ter noção de que se deve ser um promotor de bem-estar na criança.

Desde 1990, o Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância (DL n.º 139-A/90, de 28 de abril, alterado pelo DL n.º 41/2012, de 21 de fevereiro), toma como base a profissionalização dos seus destinatários e o profissionalismo da função. Este Estatuto define os direitos e os deveres específicos dos Educadores de Infância, os quais assumem particular relevância, dedicando o referido Decreto-Lei um capítulo a esta temática.

Em consequência, no DL n.º 139-A/90, de 28 de abril, são consagrados os seguintes DIREITOS ao Educador:

- Direito de participação no processo educativo (art.º 5);
- Direito à formação e informação para o exercício da função educativa (art.º 6);
- Direito ao apoio técnico material e documental (art.º 7);
- Direito à segurança na atividade profissional (art.º 8);
- Direito à negociação coletiva (art.º 9).

No artigo décimo deste Decreto-Lei encontram-se consignados os DEVERES profissionais específicos dos Educadores de infância, a saber:

- Contribuir para a formação e realização integral do aluno, promovendo o desenvolvimento das suas capacidades, estimulando a sua autonomia e criatividade, incentivando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida da comunidade;

-
- Colaborar com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo a criação e o desenvolvimento de relações de respeito mútuo, em especial entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente;
 - Participar na organização e assegurar a realização de atividades educativas;
 - Gerir o processo de ensino-aprendizagem, no âmbito dos programas definidos, procurando adotar mecanismos de diferente ação pedagógica, suscetíveis de responder às necessidades individuais dos alunos;
 - Respeitar a natureza confidencial da informação relativa aos alunos e respetivas famílias;
 - Contribuir para a reflexão sobre o trabalho realizado individual e coletivamente;
 - Reconhecer e respeitar os demais membros da comunidade educativa, valorizando os diferentes saberes e culturas e combatendo os processos de exclusão e discriminação;
 - Enriquecer e partilhar os recursos educativos, bem como utilizar novos meios de ensino que lhe sejam propostos, numa perspetiva de abertura à inovação e de reforço da qualidade da educação e ensino;
 - Corresponsabilizar-se pela preservação e uso adequado das instalações e equipamentos e propor medidas de melhoramento e renovação;
 - Empenhar-se nas e concluir as ações de formação em que participar;
 - Assegurar a realização, na Educação Pré-Escolar e no ensino básico, de atividades educativas de acompanhamento de alunos, destinadas a suprir a ausência imprevista e de curta duração do respetivo docente;

- Cooperar com os restantes intervenientes no processo educativo na deteção da existência de casos de crianças ou jovens com necessidades educativas especiais;
- Atualizar e aperfeiçoar os seus conhecimentos, capacidades e competências, numa perspetiva de desenvolvimento pessoal e profissional.

1.3. As Instituições Particulares de Solidariedade Social

O Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (MTSS) em 2004 passa a ser denominado Ministérios da Segurança Social, da Família e da Criança passando a segurança social a ser gerida por um ministério autónomo. Este ministério foi extinto em 2005, sendo as suas funções incorporadas no Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. O Ministério da Solidariedade e da Segurança Social foi recriado, com a mesma designação, em 2011, sob a alçada do XIX Governo Constitucional. Em 2013 foi acrescentada a pasta do emprego ao departamento denominando-se Ministério da Solidariedade, da Segurança Social e Emprego (Decreto-Lei n.º 126/2011, de 29 de Dezembro – Lei Orgânica do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social).

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) estão previstas na Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada em 2 de Abril de 1976. Nos termos do n.º 5 do artigo 63.º da CRP, consagra-se a expressão “Instituições Particulares de Solidariedade Social”, sem finalidade lucrativa, associada à Segurança Social, no que diz respeito à proteção dos cidadãos, e associada ao Estado como o organismo incumbido de organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social unificado e descentralizado.

No entanto, as IPSS em termos constitucionais só ficaram claramente regulamentadas, através da consagração do Estatuto das IPSS de 1979 (DL n.º 519-G2/79, de 29 de dezembro), sendo substituído integralmente, com exceção dos artigos 7.º, 22.º e 24.º do Estatuto, pelo DL n.º 119/83, de 25 de fevereiro,

diploma legal que contém toda a regulamentação global acerca das IPSS, com as mais recentes alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 172A/2014, de 14 de novembro). O Estatuto das IPSS define que as essas são constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, com objetivos de apoio social à família, crianças e jovens, idosos e integração social e comunitária, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços:

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução dos problemas habitacionais das populações.

As IPSS podem ser de natureza associativa ou de natureza fundacional. São de natureza associativa:

- As associações de solidariedade social (são, em geral associações com fins de solidariedade social que não revestem qualquer das formas das associações a seguir indicadas);
- As associações de voluntários de ação social;
- As associações de socorros mútuos ou associações mutualistas;
- As irmandades da Misericórdia.

São de natureza fundacional:

- As fundações de solidariedade social;

- Os centros sociais paroquiais e outros institutos criados por organizações da Igreja Católica ou por outras organizações religiosas, sujeitos ao regime das fundações de solidariedade social (art.º 40.º do Decreto-Lei n.º 119/83).

As associações mutualistas dispõem de um regime autónomo – Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março, que aprovou o Código das Associações Mutualistas e Regulamento de Registo aprovado pela Portaria n.º 135/2007, de 26 de janeiro.

Associações – constituem-se por escritura pública, através da qual adquirem personalidade jurídica (Associação na hora);

Fundações – podem-se constituir por uma de duas formas:

- Por ato entre vivos, através de escritura pública do ato de instituição;
- Por testamento ou “mortis causa” - As fundações, qualquer que seja a forma como se constituem, só adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, da competência do ministro da tutela, que pressupõe, nomeadamente, a verificação da suficiência do património afetado à realização dos seus fins.

Associações e Fundações da Igreja Católica – são criadas canonicamente pelo bispo da diocese da sua sede, adquirindo personalidade jurídica civil pela simples participação escrita de respetiva constituição aos Centros Distritais de Segurança Social da área da sede das IPSS, quando prossigam fins de ação social/segurança social.

Agrupamento de IPSS

- a) Uniões;
- b) Federações;
- c) Confederações.

(Instituto da Segurança Social, 2013: 4)

1.3.1. Constituição e Estatutos de uma IPSS

Relativamente ao modo de constituição, segundo o Guia Prático para a Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social de 2013, as IPSS adquirem personalidade jurídica no ato de constituição, do qual deve constar a escritura pública (exceção para as instituições canonicamente eretas) que deverá especificar: as quotas, donativos ou serviços com que os associados concorrem para o património social; a denominação, fim e sede da pessoa coletiva; a sua forma de funcionamento; a duração, quando a associação se não constitua por tempo indeterminado, resultando daí, por parte do Estado, a atribuição de benefícios (isenções fiscais, apoios financeiros) e encargos (prestação de contas, obrigação de cooperação com a Administração Pública).

Os estatutos das instituições devem respeitar as disposições do Estatuto das IPSS, aprovado mais recentemente pelo DL n.º 172A/2014, de 14 de novembro, contendo obrigatoriamente as matérias referidas no n.º 2 do art.º 10.º:

- Denominação;
- Sede e âmbito de ação;
- Fins e atividades da instituição (quando prossigam fins de diversa natureza deverão mencionar nos estatutos aqueles que consideram como fins principais);
- Denominação, composição e competência dos corpos gerentes (ver ponto 2 do índice);
- Forma de designar os respetivos membros;
- Regime financeiro.

1.3.2. Os Corpos Gerentes de uma IPSS

Os corpos gerentes são constituídos por um órgão colegial de administração – Direção – e outro com funções de fiscalização – Conselho Fiscal. Não é permitida a eleição, pela Assembleia Geral, de quaisquer membros por

mais de dois mandatos consecutivos para qualquer órgão da associação, salvo se a Assembleia reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição. O mandato dos corpos gerentes de uma IPSS não pode ter duração superior a três anos (DL n.º 172A/2014, de 14 de novembro).

1.3.3. A Direção de uma IPSS

- **Constituição**

De acordo com o Decreto n.º 172A/2014, de 14 de novembro, os órgãos de administração e de fiscalização não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da instituição. Não podem exercer o cargo de presidente do órgão de fiscalização trabalhadores da instituição.

- **Funcionamento**

Os órgãos de direção são convocados pelos respetivos presidentes, por iniciativa destes, ou a pedido da maioria dos titulares dos órgãos e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.

As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate. É nulo o voto de um membro sobre assunto que diretamente lhe diga respeito e no qual seja interessado, bem como seu cônjuge, pessoa com quem viva em condições análogas às dos cônjuges e respetivos ascendentes e descendentes, bem como qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.

- **Condições de exercício dos cargos**

O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes das instituições é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas quando o volume do movimento financeiro ou a complexidade da administração das instituições exijam a presença prolongada de um ou mais membros dos corpos gerentes, podem estes ser remunerados, desde que os estatutos o permitam.

- **Funções**

Segundo o disposto no n.º 1 do art.º 13 do DL n.º 172A/2014, de 14 de novembro, que define o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, compete à Direção, enquanto órgão de administração, gerir a instituição e representá-la, incumbindo-lhe, designadamente:

- Garantir a efetivação dos direitos dos beneficiários;
- Elaborar anualmente e submeter ao parecer do órgão de fiscalização o relatório e contas de gerência, bem como o orçamento e programa de ação para o ano seguinte;
- Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e equipamentos, nomeadamente elaborando os regulamentos internos que se mostrem adequados e promovendo a organização e elaboração da contabilidade, nos termos da lei (substituição da alínea c) n.º 1 do art.º 13 do DL n.º 119/83)
- Organizar o quadro do pessoal e contratar e gerir o pessoal da instituição;
- Representar a instituição em juízo ou fora dele;
- Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da instituição.

1.3.4. Análise Funcional dos Subsistemas Organizativos de uma IPSS

Tendo em conta que a legislação estabelece uma longa listagem de funções e tarefas que tradicionalmente se dividem em funções administrativas e funções pedagógicas e cuja competência é atribuída a diferentes órgãos de gestão, será relevante fazer uma análise destas funções não só quanto à sua substância ou natureza, mas também quanto ao âmbito de intervenção dos órgãos de gestão e quanto às relações de poder que estabelece.

Para identificar estes subsistemas organizativos, tomamos o conceito de escola como organização social, seguindo os subsistemas referidos por Parsons devido à sua simplicidade de análise. De acordo com este autor existem três dimensões numa organização social que correspondem a três níveis de responsabilidade distintos: o nível técnico, o empresarial e o institucional. Considerando a especificidade da escola enquanto instituição e enquanto organização para a educação e ensino, a estas três dimensões, segundo Sergiovani, correspondem três níveis organizativos:

- institucional
- administrativo/organizacional (ou empresarial)
- pedagógico (ou técnico específico).

(Gabinete de Estudos e Planeamento, 1988: 48)

O domínio institucional é o mais abrangente de todos. Corresponde à dimensão da escola como entidade em si mesma e como instituição que se relaciona com outras instituições a nível vertical (organizações do sistema educativo com quem a instituição-escola mantém dependências hierárquicas ou funcionais) e a nível horizontal (sejam de natureza política, social, económica, ou outras, isto é, outras instituições do meio, instituições autárquicas, associações desportivas e culturais, associações humanitárias, entre outras).

O domínio administrativo/organizacional inclui todo um conjunto de funções e tarefas que tornam possível a subsistência da organização escola de acordo com os seus fins específicos. Envolve áreas como o orçamento, a gestão financeira, a gestão de pessoal, a conservação dos edifícios e equipamento, a gestão do espaço e do tempo, os serviços de apoio, entre outros e implicam estratégias organizacionais muito específicas.

O domínio pedagógico abrange um conjunto de funções que conduzem à facilitação das atividades educativas e de aprendizagem em situação escolar. Envolve todo o conjunto de operações que se prendem com o trabalho de sala de aula: a gestão curricular, a formação de professores, a gestão da sala de aula e

dos materiais, as estratégias de ensino, a avaliação, entre outros (Gabinete de Estudos e Planeamento, 1988: 48-50).

1.3.5. A hierarquia numa IPSS

O organograma é a representação gráfica da divisão do trabalho (diferenciação) que existe na organização. Esta diferenciação pode verificar-se de três modos diferentes:

- Diferenciação vertical (níveis hierárquicos)
- Diferenciação horizontal (departamentalização)
- Diferenciação em tarefas especializadas (staff, assessoria)

(Costa, 2013).

Através do esquema apresentado na Figura 1 pode constatar-se que numa IPSS existe diferenciação vertical e que os elementos da direção contam com o auxílio da direção técnica – e, em alguns casos, de outros órgãos – que lhes comunicam o que se passa no quotidiano da instituição (funcionários, ocorrências, contas, entre outros).

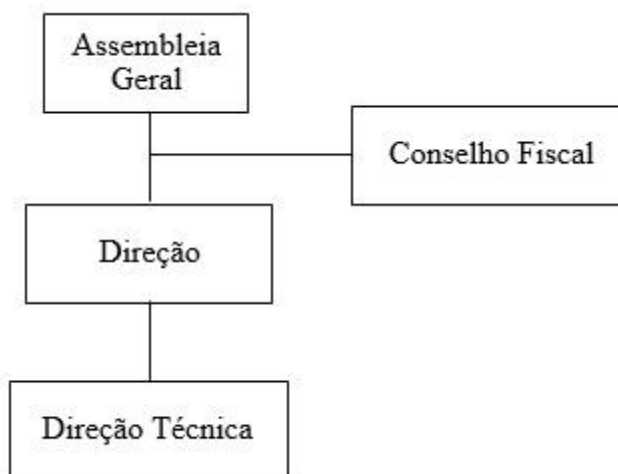


Figura 1 - Organograma do modelo organizacional de uma IPSS

Segundo Fayol (1916: 49-50), a via hierárquica é o caminho que seguem, passando por todos os graus da hierarquia, as comunicações que partem da

autoridade superior ou que lhe são dirigidas. Esse caminho é imposto, simultaneamente, pela necessidade de uma transmissão segura e pela unidade de comando. Mas esta via não é sempre a mais rápida: às vezes é desastrosamente longa nas empresas muito grandes. Na empresa pequena o interesse geral, isto é, o da própria organização, é fácil de compreender e o “patrão” aí está para recordá-lo aos que sejam tentados a esquecê-lo.

A um diretor de escola deve exigir-se que, além de ser um bom gestor, seja um bom líder da comunidade escolar, que esteja permanentemente preocupado (e ocupado) a incentivar as equipas de trabalho a melhorar continuamente a qualidade da educação. Este gestor e líder tem de saber edificar equipas e definir orientações com a colaboração das mesmas, ter autoridade e poder para tomar decisões e saber conduzir a instituição educativa para uma melhoria permanente (Azevedo, 2003: 83).

Tendo em conta as especificidades das IPSS, que se encontram confrontadas diariamente com diferentes áreas de atividade (desde a infância à população idosa, sem esquecer áreas específicas como a saúde ou a reabilitação, apenas para mencionar algumas), necessitam tanto ou mais de líderes do que de gestores na sua direção.

2. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

2.1. Investigação quantitativa

A abordagem quantitativa nasceu das ciências naturais e do positivismo que tinham como premissa o conhecimento da natureza através do método científico, que era capaz de controlar e manipular as variáveis que interferiam no objeto de estudo.

Dessa maneira o pesquisador era capaz de conhecer quando se afastava do objeto, tornando-se neutro e controlador e os dados colhidos eram analisados através de métodos e fórmulas matemáticas. O conhecimento produzido poderia ser generalizado a todas as situações empíricas semelhantes (Silva, 2010).

Para Biasoli-Alves (1998) o quantitativo tradicionalmente é o observável, objetivo e mensurável, entretanto a mensuração na Psicologia vem calcada na abordagem conceitual do pesquisador, sendo uma das formas de expressar a realidade.

De acordo com Günther (2006), uma pesquisa de metodologia quantitativa tem as seguintes características:

- O pesquisador interage com o objeto de estudo com neutralidade e objetividade (seus sentimentos e percepções não são relevantes);
- Crenças e valores pessoais não são considerados fontes de influência no processo de investigação científico;
- Os dados colhidos são analisados por uma linguagem matemática (as análises estatísticas e as teorias de probabilidade) para explicar os fenómenos.

Na pesquisa quantitativa há uma análise dos dados em que a matemática é a linguagem utilizada para a interpretação dos resultados obtidos, para fazer a correlação da realidade empírica com a teoria em que se baseia o estudo.

Segundo Minayo e Sanches (1993), a linguagem matemática tem demonstrado ser capaz de descrever, representar ou interpretar a multidiversidade de seres vivos e suas inter-relações. As pesquisas quantitativas

atuam em níveis de realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos observáveis.

Os estudos quantitativos precisam atender a critérios de cientificidade (advindos da tradição positivista de pesquisa): validade, confiabilidade, generalização e transferibilidade dos resultados. Deve-se ter cuidado ao usar a linguagem matemática, pois esta precisa de estar adequada ao objeto de estudo, para que o fenómeno seja explicado adequadamente (Silva, 2010).

2.2. Procedimentos Metodológicos

2.2.1. Campo de análise e definição da amostra

Para o presente estudo foram contactadas via e-mail (cf. Anexo I) mais de 500 IPSS partindo das listas oficiais do Instituto de Segurança Social, abrangendo continente e regiões autónomas, das quais 40 responderam positivamente e participaram. Foi enviada uma carta (cf. Anexo II) por correio agradecendo a receptividade ao pedido de colaboração e solicitando que, em cada Instituição, os Educadores, Diretor(a) Pedagógico(a) e Diretor(a) Técnico(a) respondessem ao inquérito por questionário (cf. Anexo III) que seguia junto com a carta e que os mesmos fossem remetidos ao investigador no respetivo envelope de resposta. Obteve-se um total de 193 questionários respondidos.

2.2.2. Técnica e Instrumento de Recolha de Dados: o inquérito por questionário

Segundo Baptista e Sousa (2011: 90-91), o questionário "é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo". Para estes autores é crucial fazer um pré-teste do questionário pois só assim é possível

perceber se o mesmo é aplicável e se de facto responde às questões colocadas pelo investigador.

Para a construção do questionário é necessário que as questões sejam bem claras, sem ambiguidade, para que o inquirido perceba o que se pretende com cada questão. É também importante haver coerência na sucessão dos temas para evitar a monotonia. As questões podem distinguir-se quanto ao conteúdo (se se debruçam sobre factos, sobre opiniões ou atitudes) e quanto à sua forma (se tem questões abertas ou fechadas). Utilizar só questões fechadas pode tornar-se fastidioso e ao serem utilizadas questões abertas estamos a transmitir ao inquirido que o estamos a ouvir (Ghiglione e Matalon, 1993).

Muitas vezes o questionário é mal utilizado e pode prejudicar a investigação. Para Rummel (1972), os maus usos mais comuns são:

- Pedir informações que podem ser obtidas por outro tipo de fontes e que podem desmotivar o inquirido;
- Haver falhas na forma como se incentivam os inquiridos para responder ao questionário;
- Apresentar questões que não pareçam importantes para o inquirido;
- Apresentar questões que apontam para respostas que podem ser enganosas;
- Apresentar questões ambíguas.

A informação necessária a este trabalho só poderia ser fornecida por profissionais que trabalham em IPSS. Sendo a nossa amostra significativa em termos quantitativos, a técnica mais ajustada à intenção, pelas vantagens que oferecia, foi o inquérito por questionário.

Entendendo que a validação prévia do conteúdo do inquérito por questionário de suporte a este estudo seria fundamental para a recolha objetiva da informação, solicitou-se a alguns Educadores, que trabalham em IPSS, o seu preenchimento e a sua opinião do mesmo.

Este questionário é constituído por 13 perguntas de resposta fechada e 1 última de resposta aberta. Inicia com 3 perguntas generalistas e que procuram enquadrar as restantes perguntas: a primeira sobre qual a função ocupada na Instituição onde trabalha, a segunda sobre a região onde se situa e a terceira sobre quais as valências que possui a IPSS. De seguida, iniciam as perguntas mais específicas e relacionadas com o tema que se pretende ver tratado (cf. Anexo III).

2.2.3. Método de Análise da Informação

Tendo como ponto de partida as listas oficiais do Instituto de Segurança Social, foi enviado um pedido de colaboração a mais de 500 IPSS escolhidas aleatoriamente. Destas, 40 responderam positivamente ao pedido. Nesse sentido, foram enviadas cartas com questionários para 40 IPSS e obtivemos resposta por parte de 33 Instituições, sendo 29 respostas do continente e 4 da Região Autónoma dos Açores.

Numa tentativa de preservar a confidencialidade de cada resposta, foi enviado agafado a cada questionário um envelope, autocolante, para a sua devolução.

De forma articulada com o enquadramento teórico-normativo, procurou-se recolher informação que nos indicasse de que forma trabalham internamente as IPSS com as valências de Creche e/ou Jardim de Infância na perspetiva de quem lá trabalha, com particular destaque para a tomada de decisões de natureza pedagógica.

A apresentação e interpretação dos resultados baseia-se na opinião dos Diretores Técnicos, dos Coordenadores Pedagógicos e dos Educadores de Infância.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Toma-se para análise as 33 instituições que responderam ao questionário enviado, obtendo um total de 193 questionários, os quais suportarão o estudo.

O questionário visava que as respostas refletissem a realidade das IPSS onde os profissionais respondentes desempenham funções. Assim, após introdução dos dados em Microsoft Office Excel, apresentam-se agora os resultados.

Todos os valores percentuais apresentados foram obtidos com base nos dados recolhidos e registados em tabelas (cf. Anexo IV, V e VI).

3.1. Caracterização das Instituições

Com as três primeiras questões pretendíamos obter uma visão alargada dos profissionais que responderam ao questionário: quais as suas principais funções na IPSS onde trabalham, qual o tipo de localização geográfica onde se encontram e quais as valências existentes.

Questão 1

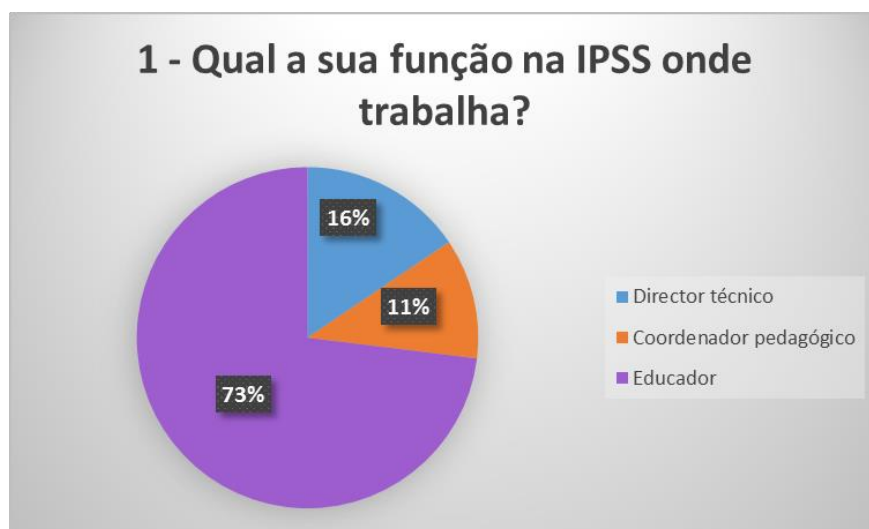


Figura 2 - Gráfico analítico das respostas

Dos 193 profissionais que responderam ao questionário, 73% são Educadores, 16% Diretores Técnicos e 11% Coordenadores Pedagógicos.

Questão 2

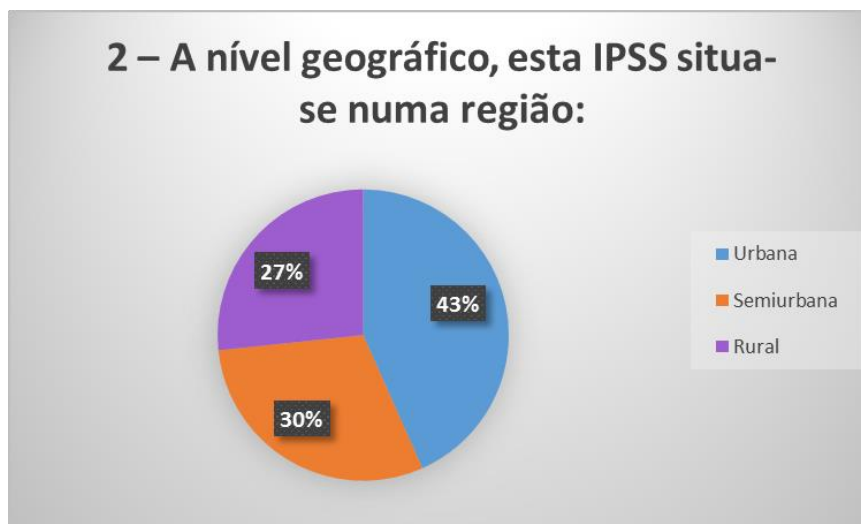


Figura 3 - Gráfico analítico das respostas

Interpretando os resultados, pode concluir-se que quase metade das IPSS se localizam em meio urbano (43%), sendo que as restantes se distribuem entre meio semiurbano (30%) e rural (21%).

Questão 3



Figura 4 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos



Figura 5 - Gráfico analítico as respostas dos Coordenadores Pedagógicos

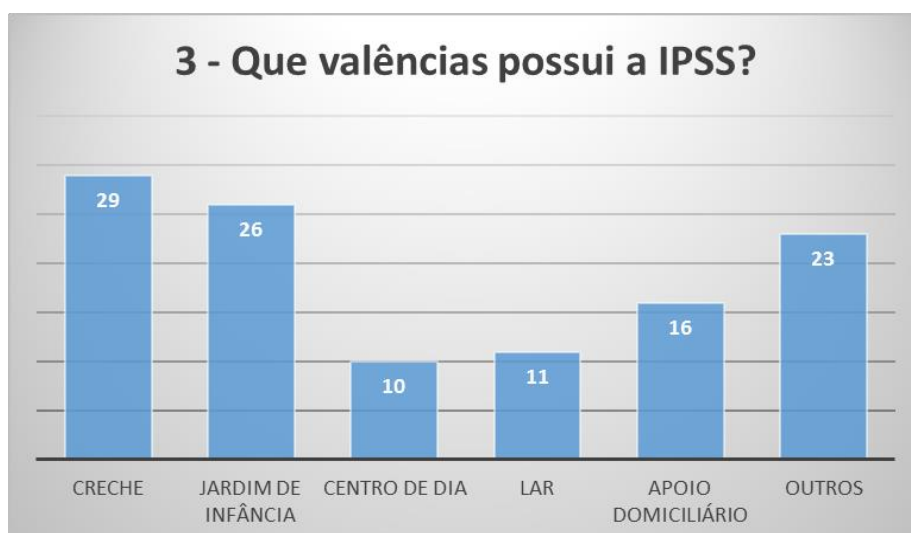


Figura 6 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

A análise às respostas da questão 3 foi efetuada separando os questionários por posição hierárquica. Com efeito, os resultados obtidos são apresentados nas figuras 4, 5 e 6. As diferenças, quantitativas, identificadas pelos diferentes profissionais relativamente às valências da sua Instituição devem-se ao facto de nem todos terem respondido e na análise se haver considerado a totalidade das respostas dadas.

As valências que maioritariamente existem nas IPSS analisadas são: Creche, Jardim de Infância e Apoio Domiciliário. Centro de Dia e Lar são as valências menos predominantes. Na resposta “Outros” os profissionais

destacaram: Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), sala de estudo, mediateca, Centro Comunitário, Centro de Cuidados Continuados, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Apoio Operacional (CAO) e uma IPSS disponibiliza, ainda, Serviço Móvel de Apoio à Comunidade.

3.2. Participação dos técnicos em decisões institucionais

Ao colocarmos esta questão pretendíamos saber quem está responsável, sobretudo, pela elaboração dos documentos normativos da Instituição mas, também, quem realiza as entrevistas às candidaturas para trabalho na mesma.

Questão 4

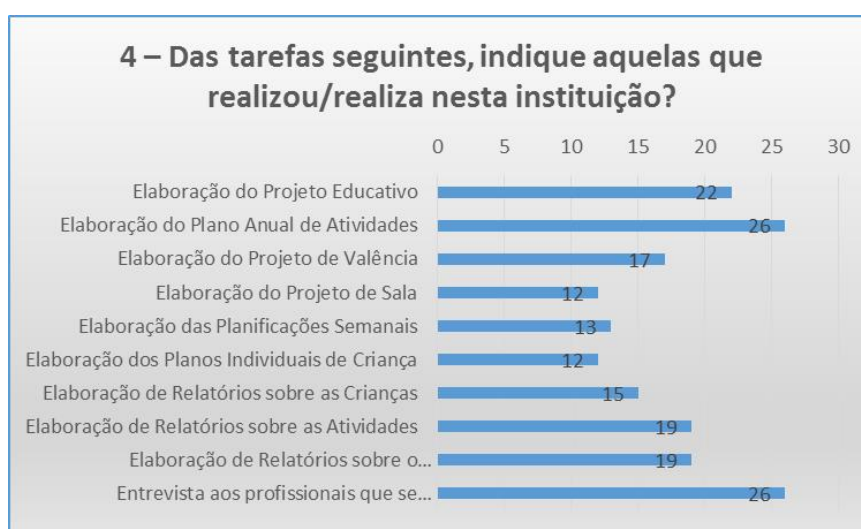


Figura 7 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos



Figura 8 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

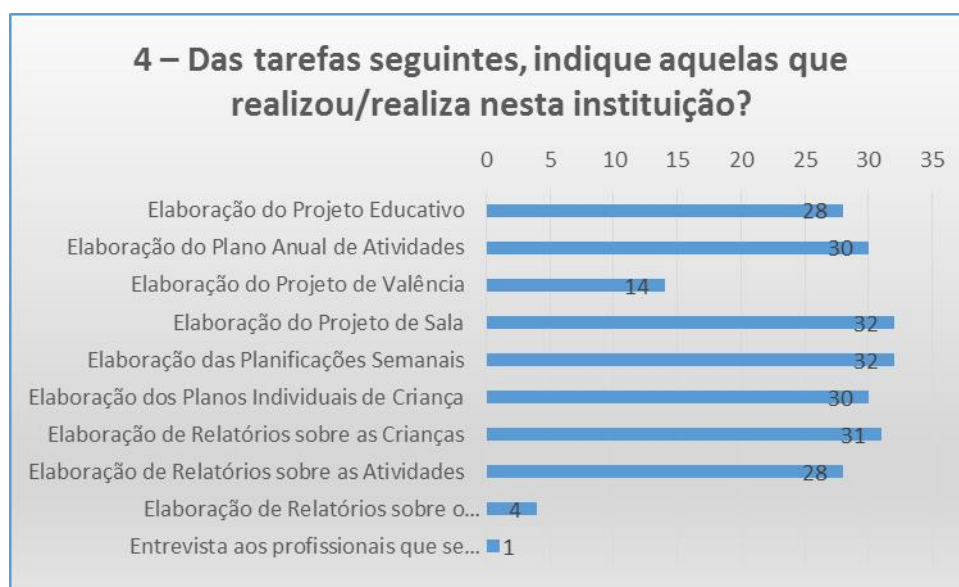


Figura 9 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Da análise às respostas obtidas, conclui-se que todos os profissionais interagem em todas as atividades, com exceção da elaboração de relatórios sobre o desempenho dos profissionais de educação e da entrevista aos profissionais que se candidatam à Instituição que são realizadas maioritariamente pelos Diretores Técnicos e Coordenadores Pedagógicos.

3.3. Presença dos dirigentes na Instituição

Com a questão 5 pretendíamos saber qual a opinião dos profissionais dos diferentes cargos hierárquicos sobre a presença do Diretor no quotidiano da IPSS. Caso a resposta escolhida refletisse uma presença meramente esporádica do mesmo, era solicitado que preenchessem a pergunta seguinte, 5.1., selecionando a ou as opções que considerassem justificativas desta realidade. Com a questão 6 e 6.1. procurámos saber a sua opinião relativamente aos restantes membros constituintes da Direção da IPSS.

Questão 5

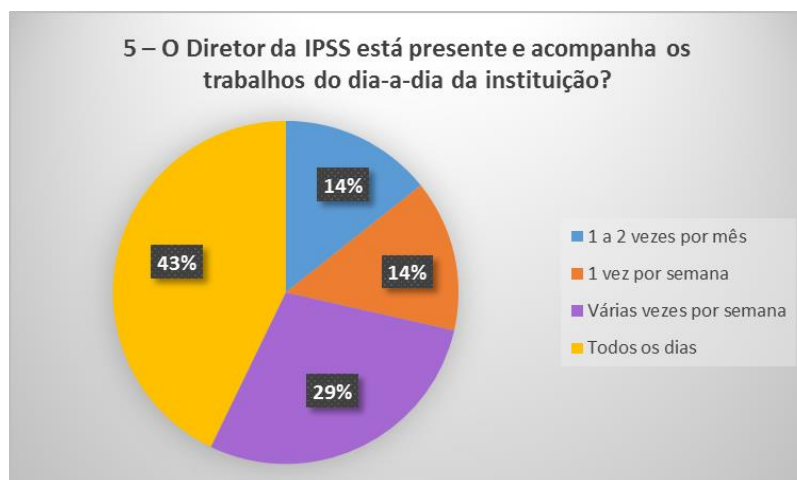


Figura 10 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos

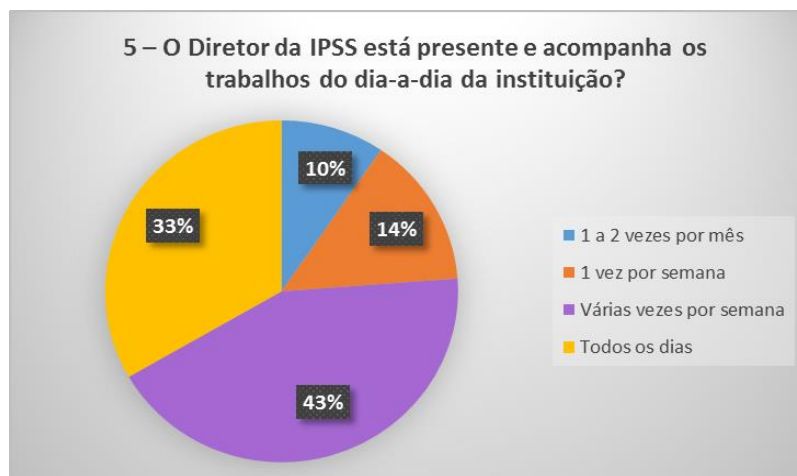


Figura 11 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

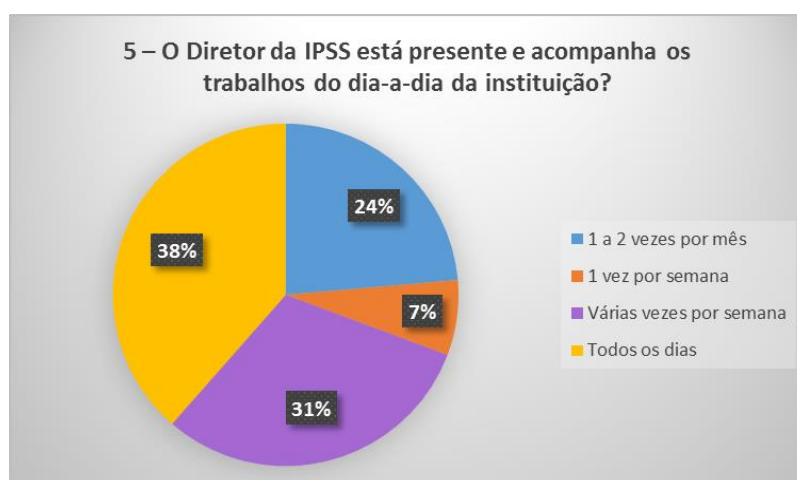


Figura 12 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Os resultados obtidos, apesar de terem diferentes percentagens, acabam por refletir uma análise única. O que se pode retirar das suas respostas é que os Diretores das IPSS, na sua maioria, estão presentes na Instituição todos os dias ou várias vezes por semana. Esta questão é complementada com as respostas à questão 5.1.

Questão 5.1

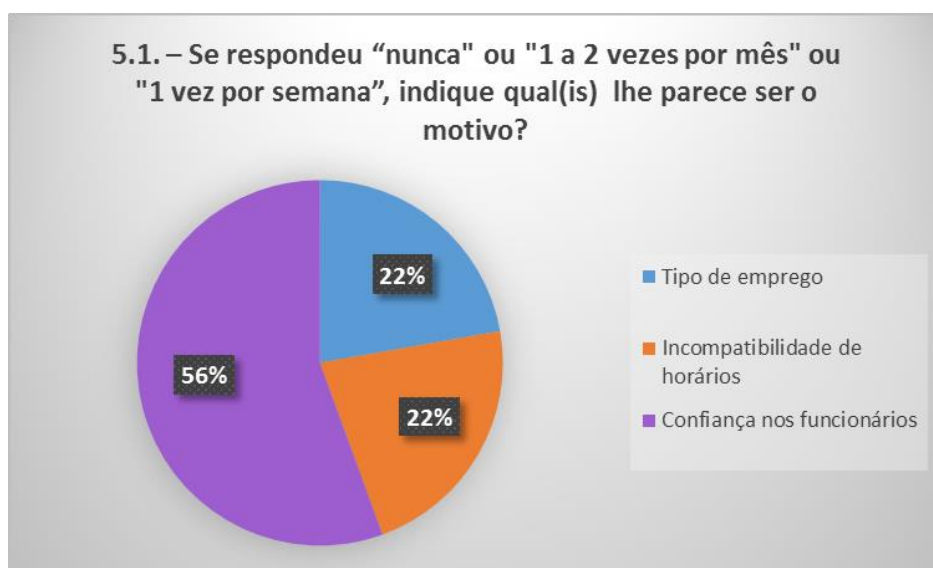


Figura 13 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos



Figura 14 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

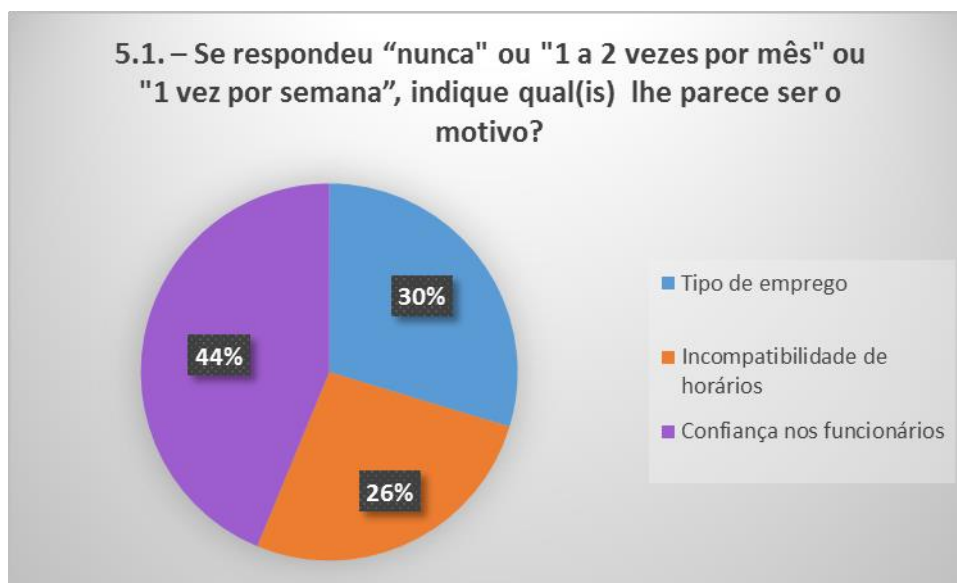


Figura 15 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Relativamente aos Diretores das IPSS que estão pouco presentes no dia-a-dia da Instituição, os motivos maioritariamente apresentados pelos técnicos que justificam esta situação são: tipo de emprego, incompatibilidade horária e confiança nos funcionários.

Questão 6

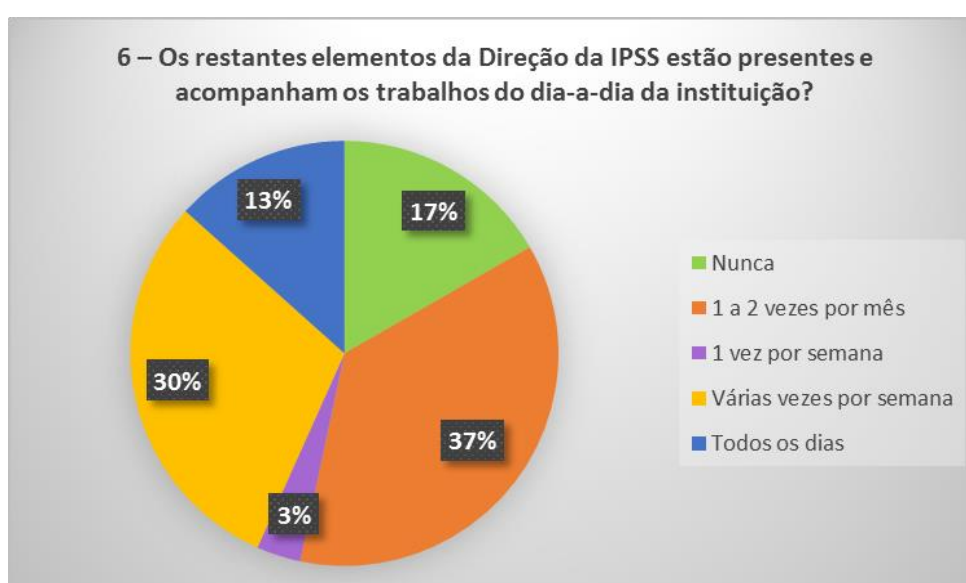


Figura 16 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos

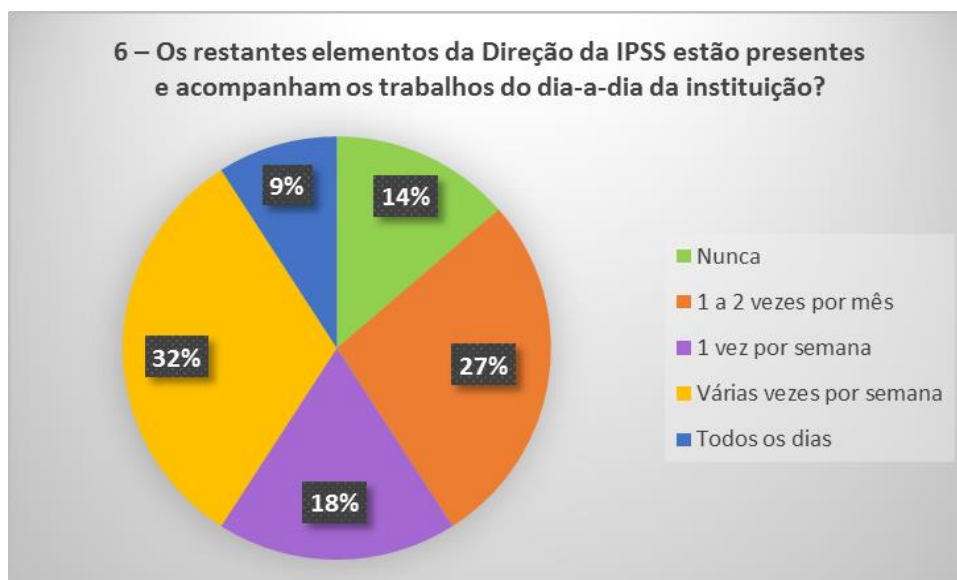


Figura 17 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

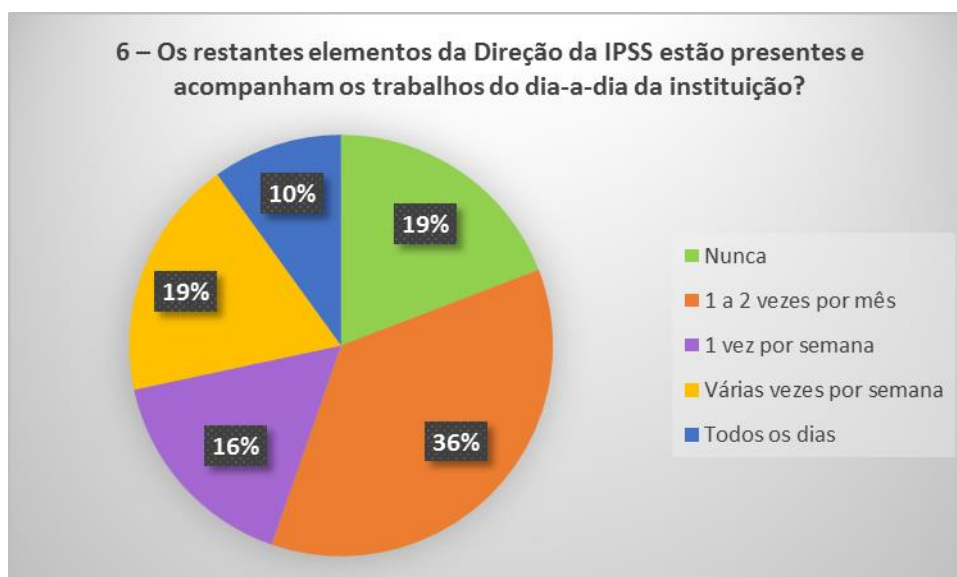


Figura 18 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Os resultados relativos a esta questão são muito repartidos. No que diz respeito à presença na Instituição dos restantes membros da Direção, a análise mostra que a maior parte destes está presente 1 a 2 vezes por semana, sendo que a resposta menos dada é “todos os dias”. Esta questão é complementada com as respostas à questão 6.1.

Questão 6.1

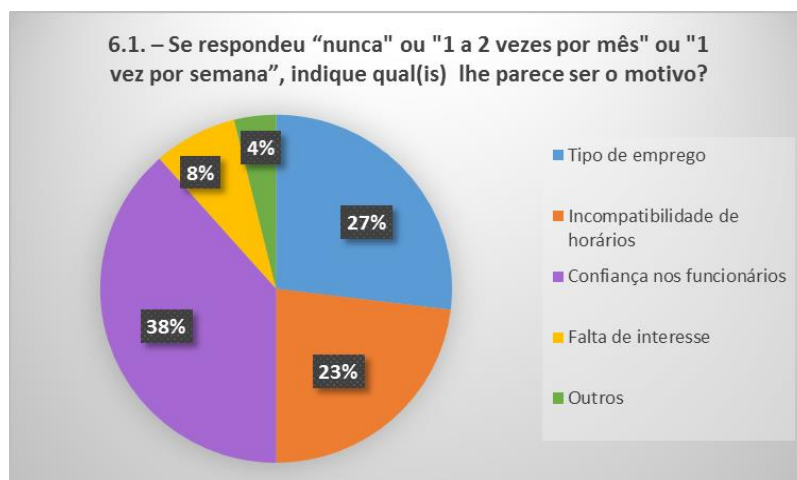


Figura 19 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos

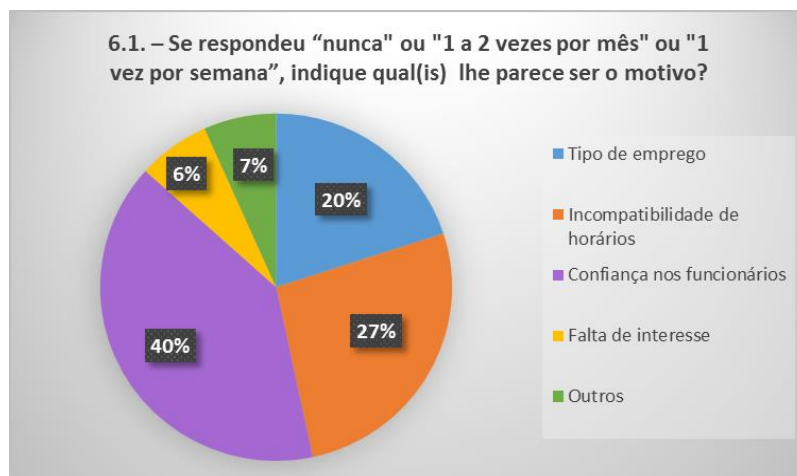


Figura 20 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

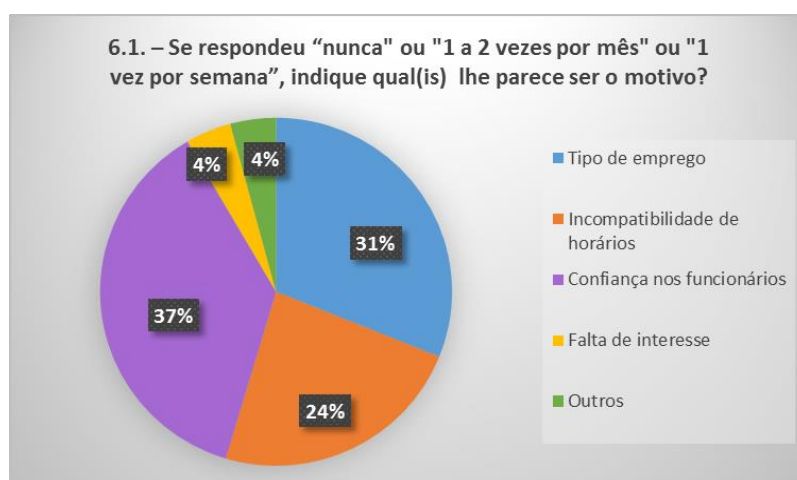


Figura 21 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Os motivos que foram mais identificados para justificar a ausência dos restantes membros da Direção são: tipo de emprego, incompatibilidade de horários e confiança nos funcionários.

3.4. Decisão pedagógica

As questões seguintes – 7, 8, 8.1., 8.2. e 9 – são as que mais vão ao encontro do tema deste trabalho. Pretendíamos saber quem transmite a informação à Direção sobre os acontecimentos diários; se a Direção possui na sua equipa alguém com competência técnica para as tomadas de decisão de carácter pedagógico; e, em caso negativo, se conta com esse apoio por parte de outrem. E ainda, saber, quem decide o método pedagógico adotado em sala.

Questão 7

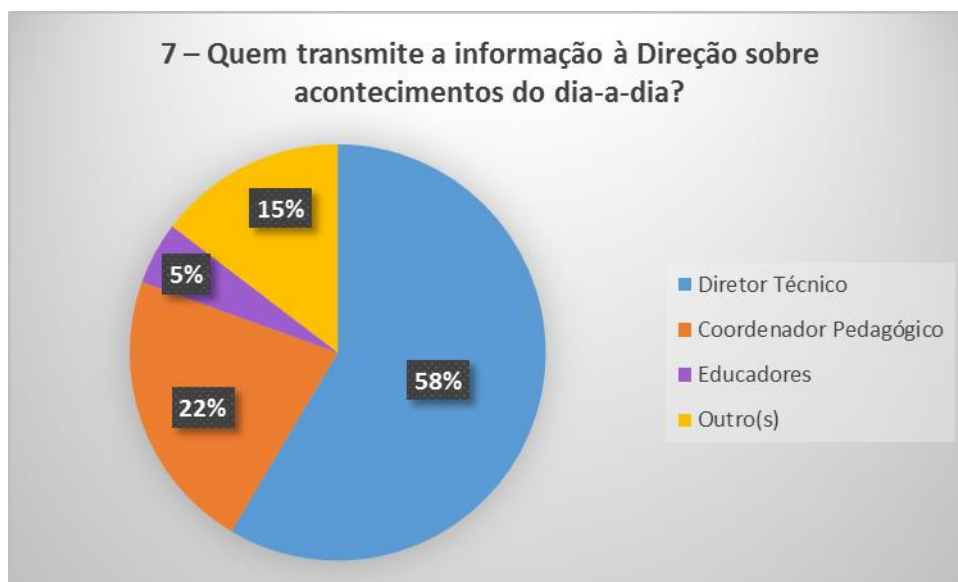


Figura 22 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos

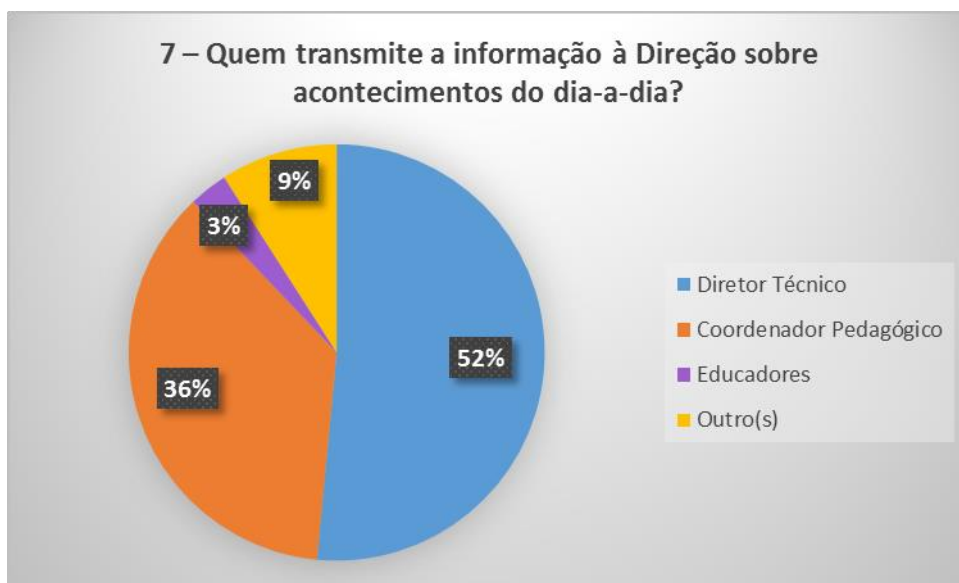


Figura 23 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

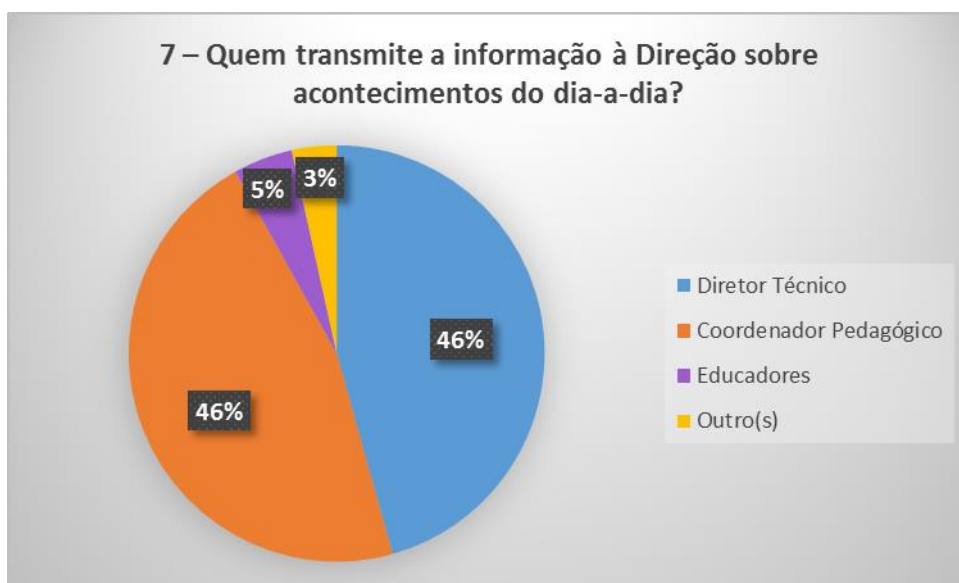


Figura 24 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Da análise da questão 7 conclui-se que quem transmite as informações acerca de acontecimentos diários na IPSS são, sobretudo, os Diretores Técnicos e os Coordenadores Pedagógicos, tal como é possível visualizar nos gráficos das figuras 22 23 e 24.

Questão 8

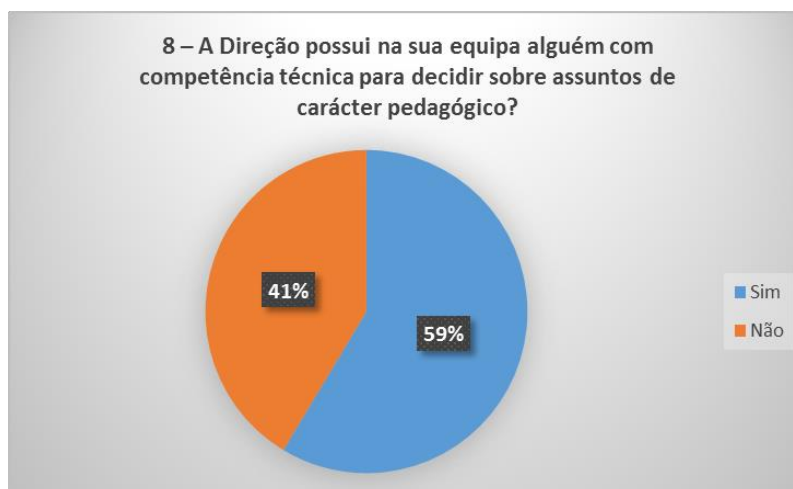


Figura 25 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos

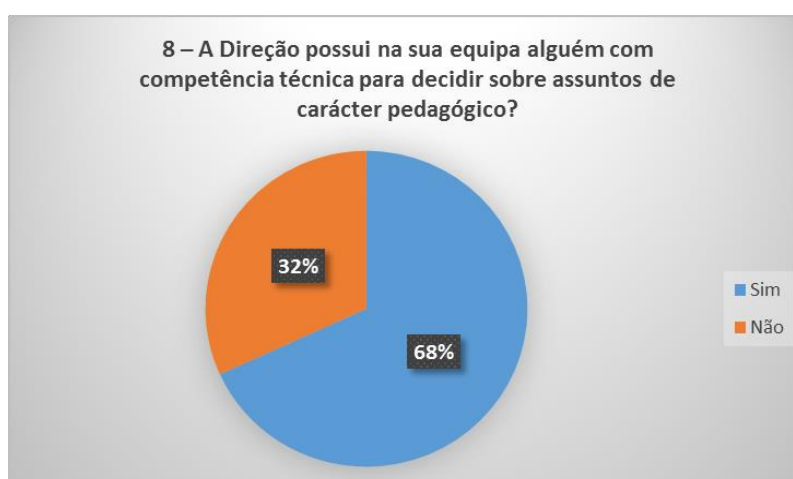


Figura 26 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

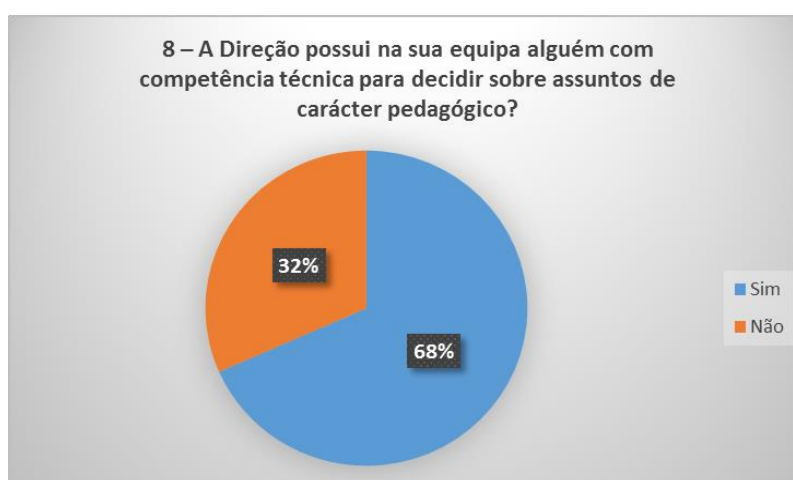


Figura 27 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Da análise às respostas da questão 8 pode concluir-se que a maior parte das IPPS possui pessoal qualificado para tomar decisões sobre assuntos de caráter pedagógico.

Nos casos em que a resposta foi negativa, era solicitado que na questão seguinte (8.1.), indicassem se a Direção contava com algum apoio técnico para auxiliar nessas tomadas de decisão.

Questão 8.1

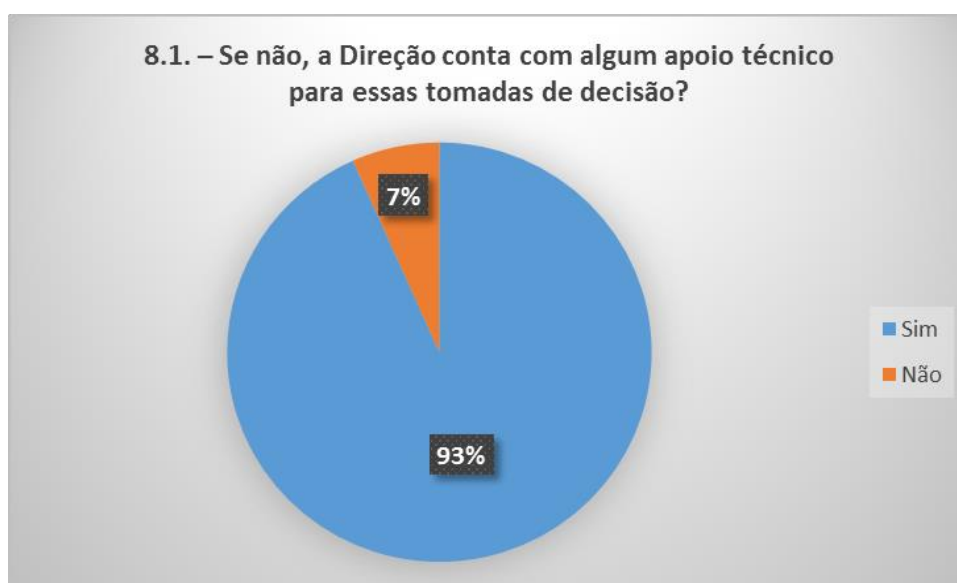


Figura 28 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos

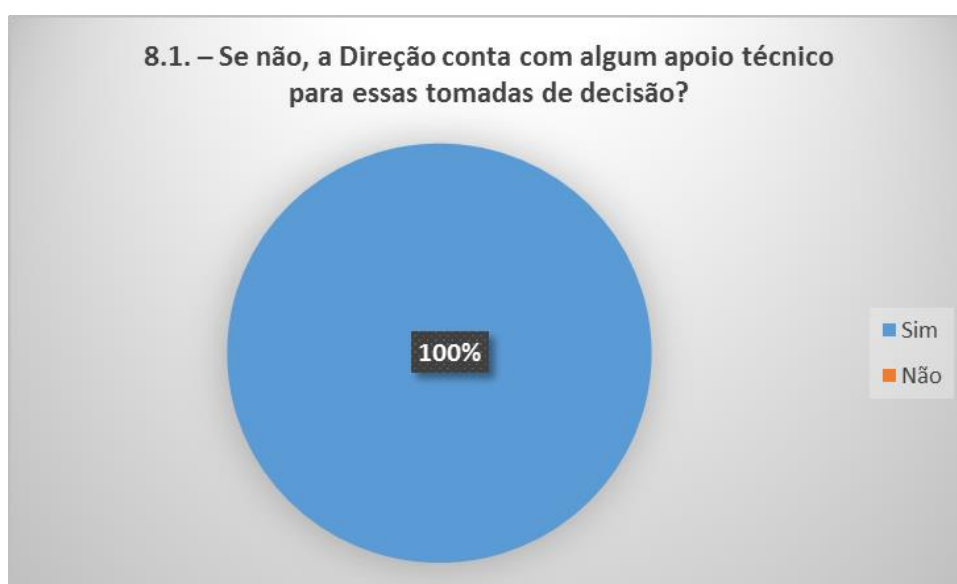


Figura 29 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

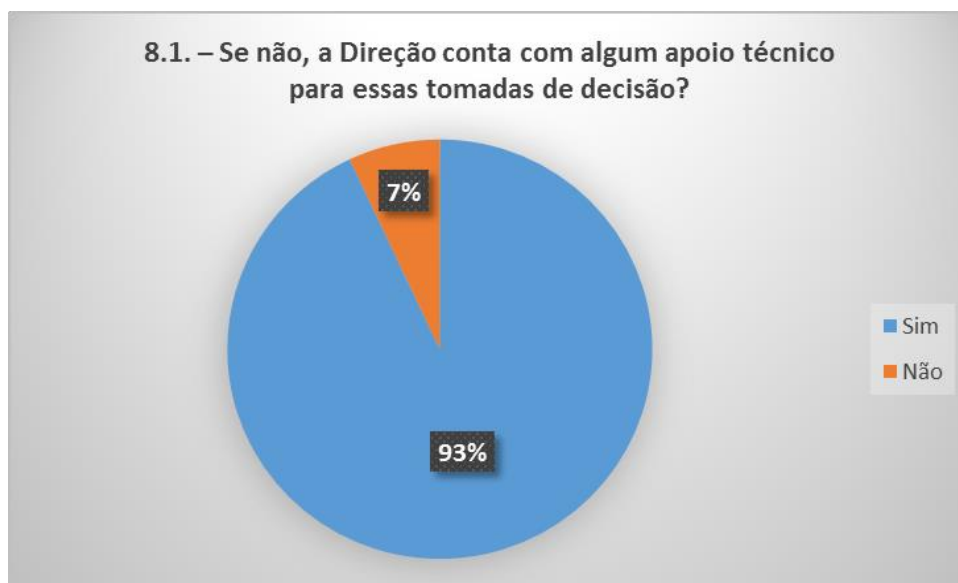


Figura 30 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Dos gráficos acima (Figura 28, 29 e 30) podemos concluir que, apesar de nem todas as IPSS possuírem na sua Direção uma pessoa com competência técnica para decidir sobre assuntos de carácter pedagógico, a maior parte destas conta algum apoio técnico para a tomada de decisões desta natureza. Esta questão é complementada com as respostas à questão 8.2.

Questão 8.2

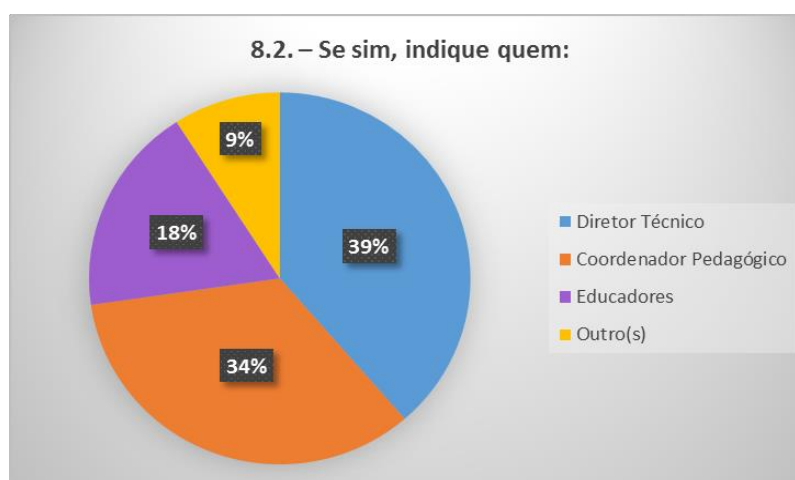


Figura 31 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos

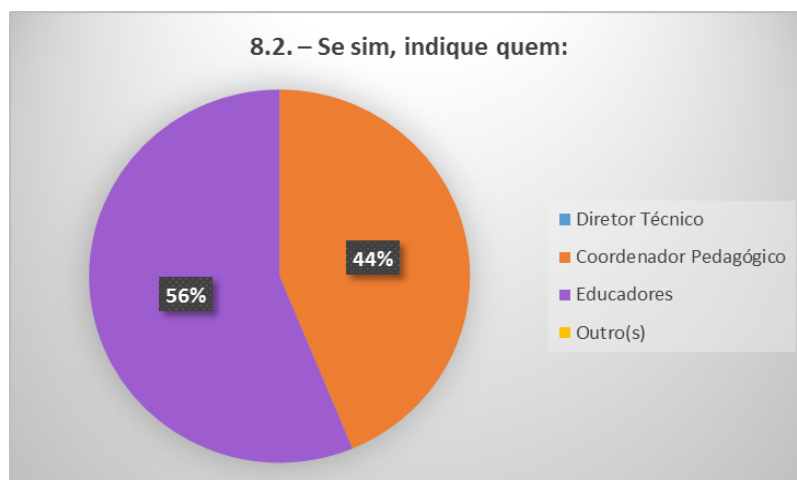


Figura 32 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

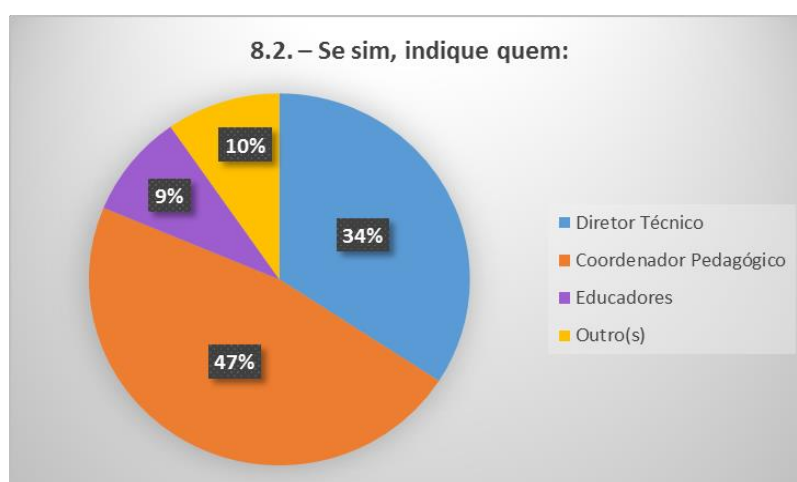


Figura 33 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Desta análise percebe-se que o Coordenador Pedagógico é a pessoa que mais assume a posição de apoio técnico à Direção na tomada de decisão pedagógica, sendo que o Diretor Técnico, em alguns casos, também assume essa função.

Questão 9



Figura 34 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos



Figura 35 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

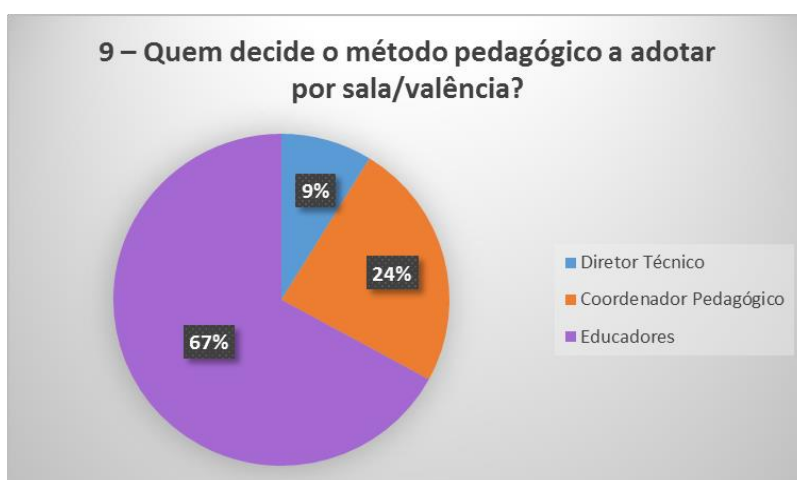


Figura 36 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Pela análise à questão 9, pode concluir-se que a pessoa que tem um papel preponderante na tomada de decisão para o método pedagógico a adotar nas salas/valências é o Educador, sendo que em algumas Instituições esta decisão é tomada em conjunto com o Diretor Técnico e/ou o Coordenador Pedagógico.

3.5. Autonomia pedagógica dos Educadores

Através deste último grupo de questões – 10, 11, 12, e 13 – pretendíamos perceber até que ponto é dada autonomia pedagógica aos Educadores que trabalham nas IPSS e se estes concordam com o nível de autonomia que lhes é dado. Também procurámos saber se os Diretores Técnicos, Coordenadores Pedagógicos e os Educadoras sentem que as suas ideias, propostas e opiniões são tidas em consideração pelo corpo da Direção.

Questão 10

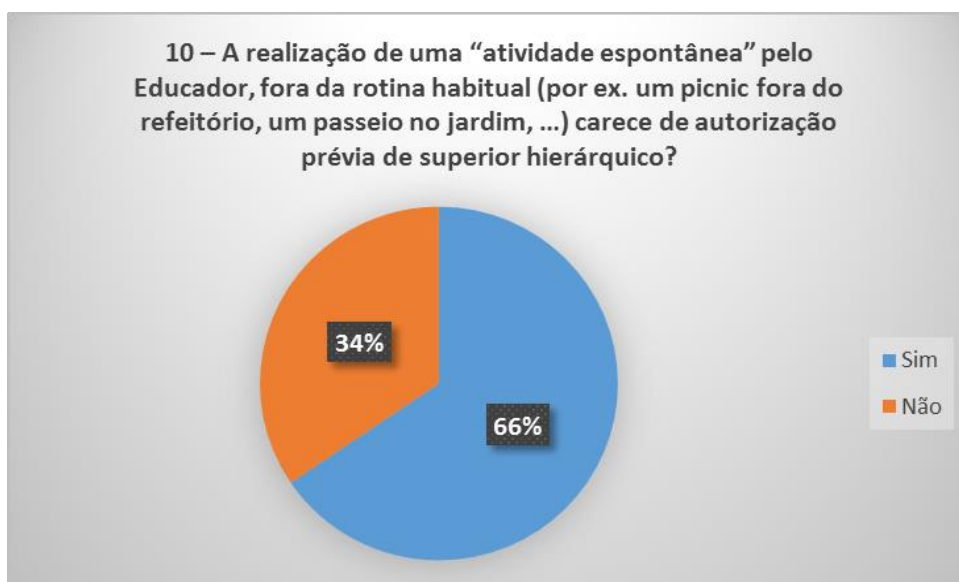


Figura 37 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos

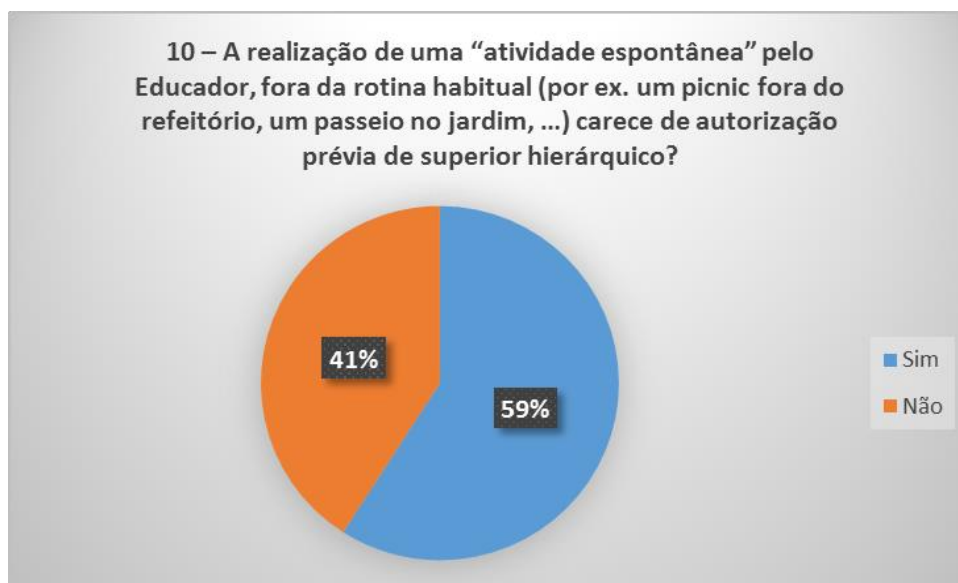


Figura 38 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

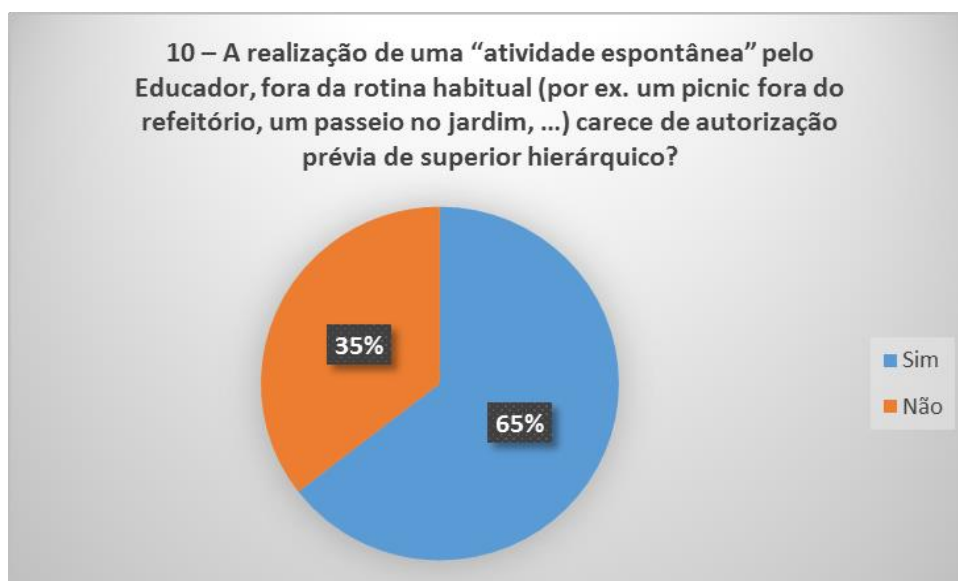


Figura 39 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Tomando a percepção de todas as respostas, constata-se que em cerca de 60% das Instituições, os Educadores necessitam de autorização hierarquicamente superior para a realização de atividades que fujam à rotina habitual da Instituição.

Questão 11

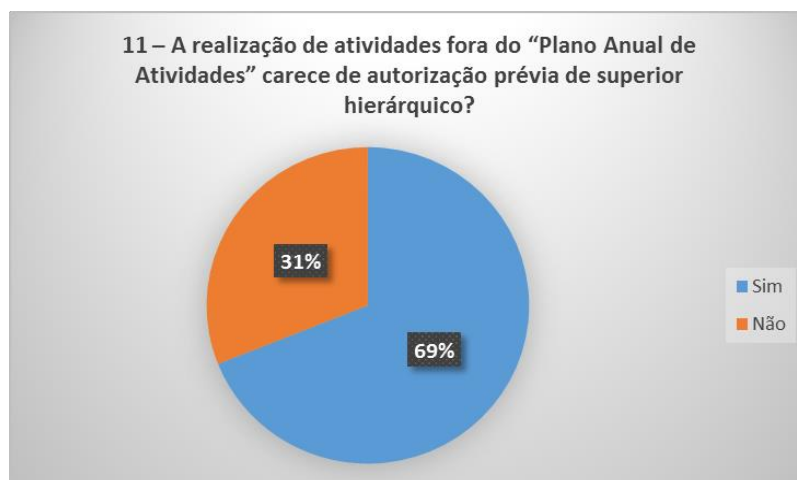


Figura 40 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos

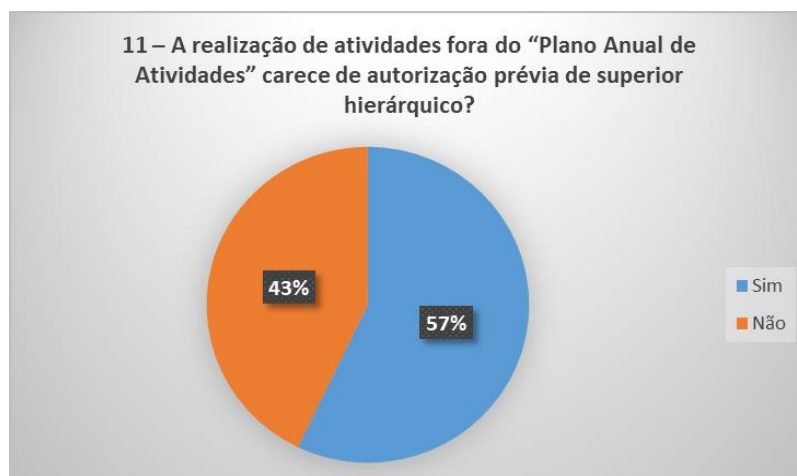


Figura 41 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

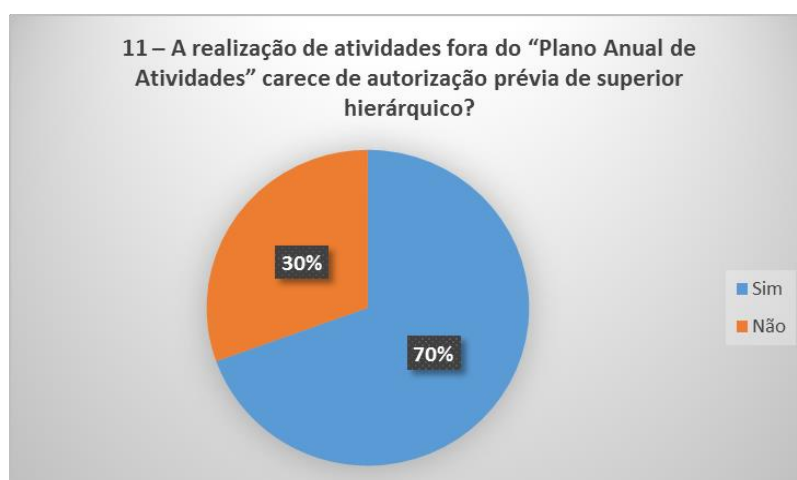


Figura 42 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Tal como da análise à questão 10, também desta questão se conclui que a realização de atividades que fujam ao “Plano Anual de Atividades” (PAA) carece de autorização hierarquicamente superior, sendo que neste caso a percentagem aumenta ligeiramente rondando os 65%.

Questão 12

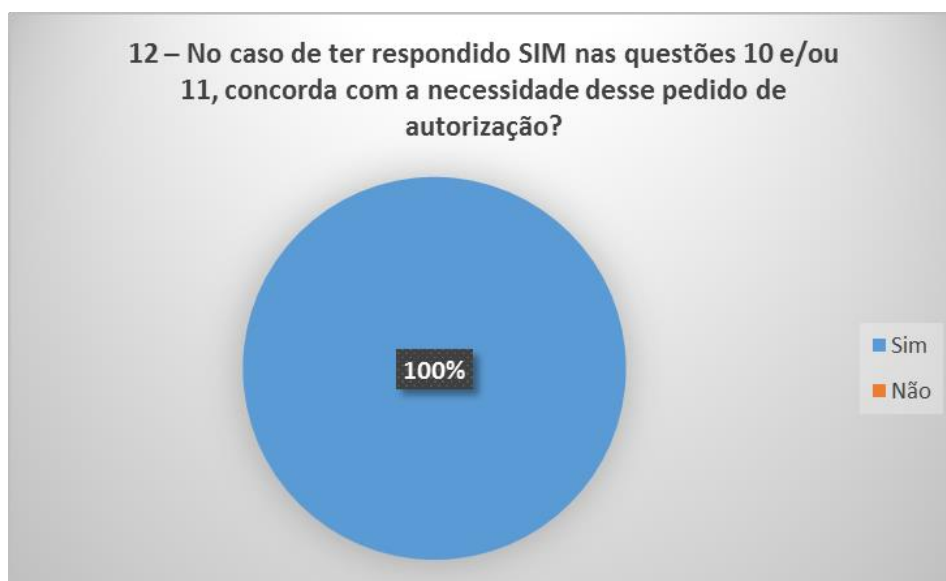


Figura 43 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos

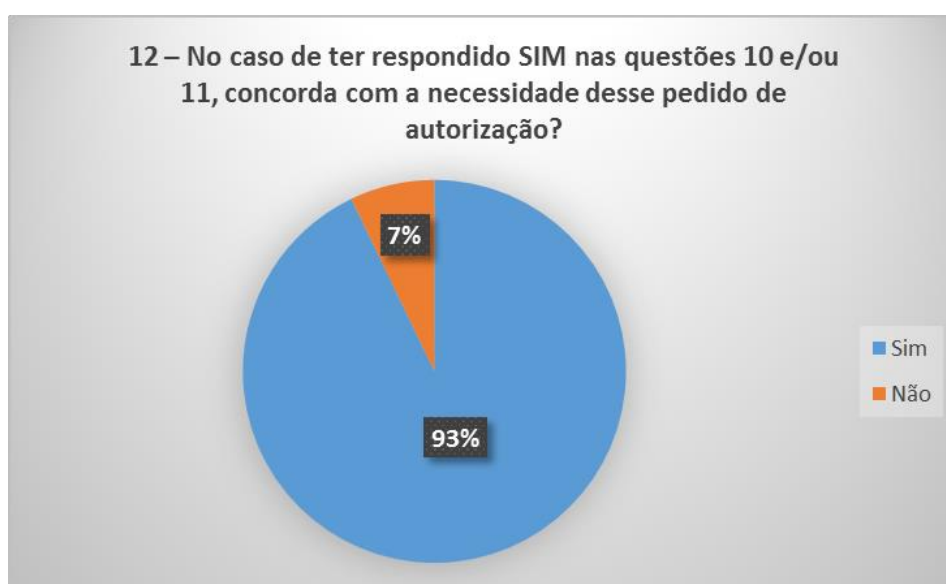


Figura 44 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos

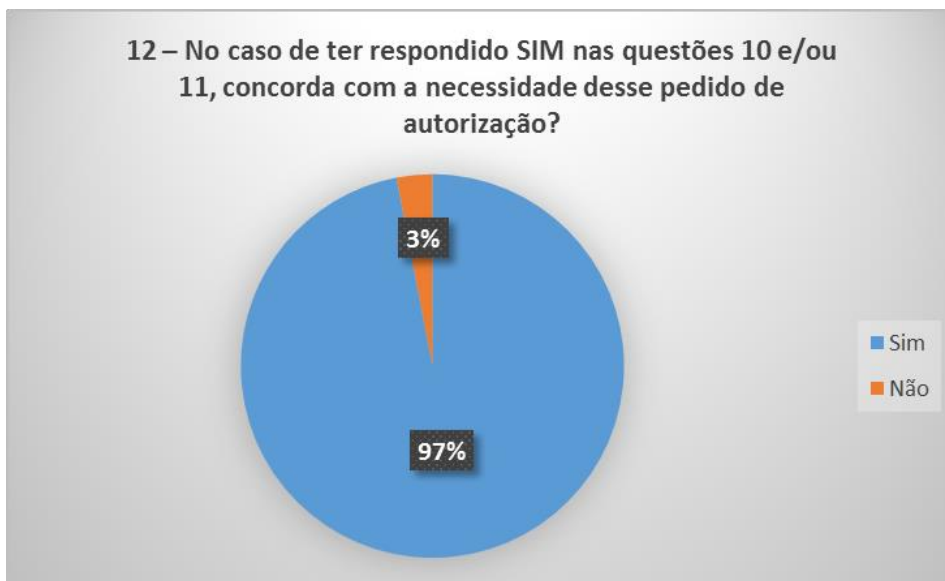


Figura 45 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Esta questão tinha como objetivo permitir que os profissionais manifestassem a sua concordância (ou não) com a necessidade de autorização para a realização das atividades que fujam ao PAA e às “atividades espontâneas”. Da sua análise conclui-se que 97% da totalidade dos inquiridos concorda com essa necessidade.

Questão 13



Figura 46 - Gráfico analítico das respostas dos Diretores Técnicos



Figura 47 - Gráfico analítico das respostas dos Coordenadores Pedagógicos



Figura 48 - Gráfico analítico das respostas dos Educadores

Da análise à questão 13, conclui-se que os profissionais destas instituições sentem que muitas das suas ideias são tidas em conta pela Direção mas, mesmo assim, existe uma parte, cerca de 38%, que considera que as suas ideias não são tidas em consideração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivos: compreender o processo de decisão pedagógica nas IPSS; analisar o papel e o âmbito de atuação dos dirigentes das IPSS nas decisões pedagógicas; conhecer a opinião dos Educadores de Infância em relação às tomadas de decisão de natureza pedagógica; identificar as áreas de intervenção e de autonomia dos Educadores de Infância.

Para que os objetivos propostos fossem alcançados, houve necessidade de analisar e interpretar um conjunto alargado de dados que recolhemos com base num inquérito por questionário. A análise de cada pergunta foi efetuada com base nas respostas de cada um dos grupos de intervenientes: Diretores Técnicos, Coordenadores Pedagógicos e Educadores de Infância. Desta forma, também poderíamos apurar se o nível hierárquico que cada profissional ocupa influencia, ou não, a sua opinião sobre as questões colocadas.

Com base na análise, foi possível verificar que as respostas provenientes das diferentes IPSS, apesar de não apresentarem valores percentuais iguais, são bastante semelhantes entre si tendo em conta as respostas apresentadas pelos diferentes técnicos e nas diferentes posições hierárquicas.

Pode inferir-se que há um trabalho coletivo entre Diretores Técnicos, Coordenadores Pedagógicos e Educadores de Infância relativamente à elaboração dos documentos normativos da Instituição.

Os resultados obtidos permitem apurar, também, que os Diretores das IPSS, assim como os restantes membros da Direção, na sua maioria, estão presentes com regularidade na Instituição: “todos os dias” ou “várias vezes por semana”. Para os casos de menor frequência, são indicados fatores como: tipo de emprego, incompatibilidade de horários e confiança nos funcionários.

No que diz respeito ao facto de a Direção das IPPS possuir pessoal qualificado na sua composição para tomar decisões sobre assuntos de carácter pedagógico, as respostas obtidas evidenciam que, na generalidade, existe alguém com competência técnica para o efeito e, quando tal não se verifica, o Coordenador Pedagógico é a pessoa que mais assume essa posição (e, em alguns casos, o Diretor Técnico).

Com base na análise é possível verificar que, nesta amostra, existe um consenso relativamente aos processos de decisão pedagógica nas IPSS. Há, também, uma concordância no que diz respeito ao âmbito de atuação dos dirigentes das IPSS nas decisões pedagógicas. No caso concreto dos Educadores de Infância, a sua maioria concorda com as suas áreas de intervenção e o grau de autonomia que lhes é atribuído.

Por fim, este estudo permite ainda concluir que os técnicos destas Instituições sentem que muitas das suas ideias são atendidas pela Direção. Todavia, existe uma parte que merece reflexão: cerca de 38% dos inquiridos considera que as suas ideias não são tidas em consideração.

Contudo, estes resultados não se encontram em sintonia quer com o pressuposto de onde partimos para esta investigação (dada a minha experiência enquanto Educadora de Infância em IPSS), quer com a opinião que nos foi previamente apresentada pelas Educadoras de diferentes IPSS que fizeram parte do pré-teste ao questionário desta investigação. Trata-se da ideia de que os Educadores de Infância não dispõem, neste tipo de instituições, de autonomia para o desenvolvimento de diversas atividades (em particular daquelas que não se encontram antecipadamente planeadas e aprovadas) e que, frequentemente, essa autorização depende de pessoas sem a formação pedagógica adequada, cujas decisões podem penalizar o sucesso educativo.

Assim, certamente que outras investigações, eventualmente com diferentes técnicas, procedimentos e abrangência, serão necessárias para continuar a analisar este tema e colocar mais luz sobre as dúvidas que manifestámos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMSTRONG, Michael (2008). *How to be an even better manager: a complete A–Z of proven techniques and essential skills*. London and Philadelphia: Kogan Page.

ALVES, M.G. & AZEVEDO, N.R. (2010) *Investigar em educação: desafios da construção de conhecimento e da formação de investigadores num campo multi-referenciado*. Óbidos: Várzea da Rainha.

AZEVEDO Joaquim (2003). *Cartas as Directores de Escolas*. Porto: Edições ASA.

BAIRRÃO, Joaquim e VASCONCELOS, Teresa (1997). *A Educação Pré-Escolar em Portugal: contributos para uma perspectiva histórica*. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

BAPTISTA, Cristina Sales e SOUSA, Maria José (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (1998). A Pesquisa em Psicologia – análise de métodos e estratégias na construção de um conhecimento que se pretende científico. In BIASOLI-ALVES, Z.M.M. & ROMANELLI, G. (Orgs.). *Diálogos Metodológicos sobre Prática de Pesquisa*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 135-157.

BRAGA, Paulo Drumond (2010). O Estado Novo e a Educação Pré-escolar. Os debates parlamentares de 1938. *Cadernos de Investigação Aplicada*, vol. IV, 13-31.

CARVALHO, Rómulo de (1986). *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CARR, Wilfred e KEMMIS, Stephen (1988). *Teoría crítica de la enseñanza. La investigación-acción en la formación del profesorado*. Barcelona: Martínez Roca.

COSTA, Jorge Adelino (2013). *Estrutura organizacional e organograma*. Universidade de Aveiro (documento não publicado; cedência do autor).

Conselho Nacional de Educação (1994). Parecer n.º1. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

FAYOL, Henri (1978). *Administração Industrial e Geral*. São Paulo: Atlas. (Tradução do original em Francês Administration Industrielle et Générale. Paris: Dunod, 1916).

Gabinete de Estudos e Planeamento (1988). *Quadro legal: ensino preparatório e secundário*. Lisboa: Ministério da Educação.

GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin (1993). *O inquérito – Teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

GIROUX, Henry (1986). *Teoria Crítica e Resistência em Educação. Para além das teorias de reprodução*. Petrópolis: Vozes.

GÜNTHER, Hartmut (2006). Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 22, nº 02, 201-210.

Instituto da Segurança Social (2013). *Guia Prático – Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social*. Lisboa: ISS, I.P.

Minayo, M. C. & Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, 9 (3), 239-262.

Ministério da Educação (1996). *Pacto Educativo para o Futuro*. Lisboa: Ministério da Educação.

PORTUGAL, Gabriela (2001). Ser Educador de Infância: ideias para a construção do conhecimento pedagógico. In J. Tavares & I. Brzezinski (Org.). *Conhecimento profissional de professores – a praxis educacional como paradigma de construção*. Fortaleza: Editora Plano, 153-185.

ROCHA, Filipe (1984). *Fins e objectivos do sistema escolar português*. Porto: Paisagem.

RUMMEL, Francis, J. (1972). *Introdução aos procedimentos de pesquisa em Educação*. Porto Alegre: Editora Globo.

SILVA, Gisele Cristina (2010). *O método científico na psicologia: abordagem qualitativa e quantitativa*. Consultado em setembro, 2015, de <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0539.pdf>

WOODS, Peter (1999). *Investigar a Arte de Ensinar*. Porto: Porto Editora.

LEGISLAÇÃO

Diário do Governo n.º 73, de 30 de março de 1911 – Reforma do ensino primário e infantil

Diário do Governo n.º 198, de 25 de Agosto de 1911 - Programa das escolas infantis

Diário do Governo, nº 194 de 31 de Agosto de 1870 - Reforma da instrução primária

Diário do Governo, nº 141 de 27 de Junho de 1896 – Regulamento geral do ensino primário

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo (revogada e republicada pela Lei n.º 49/2005)

Decreto-Lei n.º 519-G2/79, de 29 de dezembro – Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (integralmente substituído, com exceção dos artigos 7.º, 22.º e 24.º pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, com as mais recentes alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 172A/2014, de 14 de novembro)

Decreto-Lei n.º 542/79 de 31 de dezembro - Estatuto dos Jardins de Infância na Rede Pública do Ministério da Educação

Decreto-Lei n.º 468/88, de 16 de dezembro – Aprova a criação de duas Escolas Superiores de Educação Jean Piaget, e respetivo funcionamento, em Almada e Arcozelo

Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março - Código das Associações Mutualistas

Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril - Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância (replicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2012 de 21 de fevereiro)

Despacho n.º 5220/97 (2.ª série) - Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar

Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro - Lei Quadro da Educação Pré-Escolar

Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de Agosto - Perfil Geral de Desempenho Profissional do Educador de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário

Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de Agosto - Perfil específico de desempenho do Educador de Infância

Portaria n.º 135/2007, de 26 de janeiro – Regulamento de Registo das Associações Mutualistas

Decreto-Lei n.º 126/2011, de 29 de Dezembro - Lei Orgânica do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

ANEXOS

ANEXO I – E-MAIL ENVIADO ÀS IPSS

Assunto:

Pedido de Colaboração

Texto:

Exm^o(a) Sr.(a) Diretor(a)

O meu nome é Catarina Dobler, sou Educadora e aluna do Mestrado em Administração e Políticas Educativas na Universidade de Aveiro (UA) e, neste momento, encontro-me a realizar a minha dissertação subordinada ao tema “A direção das IPSS e as tomadas de decisão de natureza pedagógica – um estudo em contexto de educação de infância”

Para a concretização do estudo empírico da dissertação é fundamental recolher dados numa amostra alargada de profissionais relacionados com a infância.

Neste contexto, venho solicitar autorização para a colaboração dos Educadores, Diretor(a) Pedagógico(a) e Diretor(a) Técnico(a) da Vossa instituição, para a minha investigação através do preenchimento, por parte destes, de um breve questionário. Este será enviado por correio e devolvido pela mesma via sem qualquer custo para a instituição. A informação será anónima e confidencial.

No final do estudo, caso manifestem esse interesse, terei o maior prazer em partilhar os resultados.

Grata pela atenção dispensada, é com expectativa que aguardo a Vossa autorização.

Com os melhores cumprimentos,
Catarina Dobler

ANEXO II – CARTA ENVIADA ÀS IPSS

Catarina Dobler
Morada
3810 – 000 Aveiro

Exma. Sr.^a Diretor(a)

Aveiro, 14 de Abril de 2015

Assunto: Questionários da dissertação de mestrado *“A direção das IPSS e as tomadas de decisão de natureza pedagógica – um estudo em contexto de educação de infância”*

Agradecendo a Vossa autorização para a participação dos colaboradores da instituição na elaboração dos questionários da minha dissertação de mestrado, venho proceder ao envio de cinco exemplares.

De forma a ser assegurada a confidencialidade pessoal, junto a cada questionário vai um envelope. Após o preenchimento do mesmo devem coloca-lo no interior e fechá-lo.

A devolução dos envelopes com os questionários, respectivos, deverá ser-me remetida, no envelope maior, também enviado, já me endereçado e pago. Apenas será necessário, fazerem o favor, de o colocar no correio.

No final do estudo, caso manifestem esse interesse, terei o maior prazer em partilhar os resultados.

Muito agradeço o contributo da Vossa participação.

Com os melhores cumprimentos,

ANEXO III – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Sou aluna do Mestrado em Administração e Políticas Educativas na Universidade de Aveiro (UA) e, neste momento, encontro-me a realizar a respetiva dissertação. Para a concretização do estudo empírico, é fundamental recolher dados numa amostra alargada de profissionais relacionados com a educação de infância. Neste contexto, venho solicitar a sua colaboração para a minha investigação através do preenchimento deste questionário.

Todas as respostas deverão refletir a realidade da IPSS onde trabalha. Os dados recolhidos serão anónimos e confidenciais.

A sua participação é muito importante enquanto contributo para a compreensão do funcionamento das IPSS no nosso país. No final do estudo, no caso de lhe interessar, poderei facultar os resultados.

Para qualquer esclarecimento queira contactar catarinadobler@gmail.com. **Muito obrigada pelo seu contributo!**

QUESTIONÁRIO

ASSINALE AS SUAS RESPOSTAS SEMPRE COM UM ☒.

1 – Qual a sua função na IPSS onde trabalha?

- Diretor técnico ☐
- Coordenador pedagógico ☐
- Educador ☐

2 – A nível geográfico, esta IPSS situa-se numa região:

Urbana ☐

Semiurbana ☐

Rural ☐

3 – Que valências possui a IPSS ?

- | | |
|--|--|
| • Creche <input type="radio"/> | • Apoio Domiciliário <input type="radio"/> |
| • Jardim de Infância <input type="radio"/> | • Outra(s) <input type="radio"/> |
| • Centro de Dia <input type="radio"/> | • Indique quais: _____ |
| • Lar <input type="radio"/> | _____ |

4 – Das tarefas seguintes, indique aquelas que realizou/realiza nesta instituição?

- | | |
|---|-----------------------|
| • Elaboração do Projeto Educativo | <input type="radio"/> |
| • Elaboração do Plano Anual de Atividades | <input type="radio"/> |
| • Elaboração do Projeto de Valência | <input type="radio"/> |
| • Elaboração do Projeto de Sala | <input type="radio"/> |
| • Elaboração das Planificações Semanais | <input type="radio"/> |
| • Elaboração dos Planos Individuais de Criança | <input type="radio"/> |
| • Elaboração de Relatórios sobre as Crianças | <input type="radio"/> |
| • Elaboração de Relatórios sobre as Atividades | <input type="radio"/> |
| • Elaboração de Relatórios sobre o desempenho dos profissionais de educação | <input type="radio"/> |
| • Entrevista aos profissionais que se candidatam à Instituição | <input type="radio"/> |

5 – O Diretor da IPSS está presente e acompanha os trabalhos do dia-a-dia da instituição?

– Nunca ☐ – 1 a 2 vezes por mês ☐ – 1 vez por semana ☐ – várias vezes por semana ☐ – todos os dias ☐

5.1. – Se respondeu “nunca/1 a 2 vezes por mês /1 vez por semana”, indique qual(is) lhe parece ser o motivo:

- | | |
|---|---|
| • Tipo de emprego <input type="radio"/> | • Incompatibilidade de horários <input type="radio"/> |
|---|---|

- Confiança nos funcionários ☐
- Falta de interesse ☐
- Incompatibilidades relacionais com funcionários ☐
- Outro(s) ☐ Qual: _____

6 – Os restantes elementos da Direção da IPSS estão presentes e acompanham os trabalhos do dia-a-dia da instituição?

– Nunca ☐ – 1 a 2 vezes por mês ☐ – 1 vez por semana ☐ – várias vezes por semana ☐ – todos os dias ☐

6.1. – Se respondeu “nunca/1 a 2 vezes por mês /1 vez por semana”, indique qual(is) lhe parece ser o motivo:

- Tipo de emprego ☐
- Incompatibilidade de horários ☐
- Confiança nos funcionários ☐
- Falta de interesse ☐
- Incompatibilidades relacionais com funcionários ☐
- Outro(s) ☐ Qual: _____

7 – Quem transmite a informação à Direção sobre acontecimentos do dia-a-dia?

- Diretor técnico ☐
- Coordenador pedagógico ☐
- Educadores ☐
- Outro(s) ☐ Quem: _____

8 – A Direção possui na sua equipa alguém com competência técnica para decidir sobre assuntos de carácter pedagógico?

Sim ☐ Não ☐

8.1. – Se **não**, a Direção conta com algum apoio técnico para essas tomadas de decisão?

Sim ☐ Não ☐

8.2. – Se **sim**, indique quem:

- Diretor técnico ☐
- Coordenador pedagógico ☐
- Educadores ☐
- Outro(s) ☐ Quem: _____

9 – Quem decide o método pedagógico a adotar por sala/valência?

- Diretor técnico ☐
- Coordenador pedagógico ☐
- Educadores ☐
- Outro(s) ☐ Indique quem: _____

10 – A realização de uma “atividade espontânea” pelo Educador, fora da rotina habitual (por ex. um *picnic* fora do refeitório, um passeio no jardim, ...) carece de autorização prévia de superior hierárquico?

Sim ☐ Não ☐

Se **sim**, indique de quem: _____

11 – A realização de atividades fora do “Plano Anual de Atividades” carece de autorização prévia de superior hierárquico?

Sim ☐ Não ☐

Se **sim**, indique de quem: _____

12 – No caso de ter respondido **SIM** nas questões 10 e/ou 11, concorda com a necessidade desse pedido de autorização?

Sim ☐ Não ☐

13 – Sente que as suas ideias, propostas e opiniões são tidas em consideração pela Direção?

Nunca ☐ Poucas vezes ☐ Muitas vezes ☐ Sempre ☐

14 – Se pretender, utilize o espaço seguinte para escrever o que achar pertinente sobre o tema abordado.

Muito Obrigada!

ANEXO IV – TABELA COM AS RESPOSTAS DOS DIRETORES TÉCNICOS, COORDENADORES PEDAGÓGICOS E EDUCADORES À QUESTÃO 1 E 2

1 - Qual a sua função na IPSS onde trabalha?	
Diretor técnico	30
Coordenador pedagógico	22
Educador	141

2 – A nível geográfico, esta IPSS situa-se numa região:	
Urbana	94
Semiurbana	59
Rural	40

ANEXO V – TABELA COM AS RESPOSTAS DOS DIRETORES TÉCNICOS ÀS RESTANTES QUESTÕES

3 - Que valências possui a IPSS?	
Creche	29
Jardim de Infância	21
Centro de Dia	8
Lar	7
Apoio Domiciliário	12
Outros	26

4 – Das tarefas seguintes, indique aquelas que realizou/realiza nesta instituição?	
Elaboração do Projeto Educativo	22
Elaboração do Plano Anual de Atividades	26
Elaboração do Projeto de Valência	17
Elaboração do Projeto de Sala	12
Elaboração das Planificações Semanais	13
Elaboração dos Planos Individuais de Criança	12
Elaboração de Relatórios sobre as Crianças	15
Elaboração de Relatórios sobre as Atividades	19
Elaboração de Relatórios sobre o desempenho dos profissionais de educação	19
Entrevista aos profissionais que se candidatam à instituição	26

5 – O Diretor da IPSS está presente e acompanha os trabalhos do dia-a-dia da instituição?	
Nunca	2
1 a 2 vezes por mês	4
1 vez por semana	4
Várias vezes por semana	8
Todos os dias	12

5.1. – Se respondeu “nunca” ou “1 a 2 vezes por mês” ou “1 vez por semana”, indique qual(is) lhe parece ser o motivo?	
Tipo de emprego	2
Incompatibilidade de horários	2
Confiança nos funcionários	5

6 – Os restantes elementos da Direção da IPSS estão presentes e acompanham os trabalhos do dia-a-dia da instituição?	
Nunca	5
1 a 2 vezes por mês	11
1 vez por semana	1
Várias vezes por semana	9
Todos os dias	4

6.1. – Se respondeu “nunca” ou “1 a 2 vezes por mês” ou “1 vez por semana”, indique qual(is) lhe parece ser o motivo?	
Tipo de emprego	7
Incompatibilidade de horários	6
Confiança nos funcionários	10
Falta de interesse	2
Incompatibilidade relacionais com os funcionários	0
Outros	1

7 – Quem transmite a informação à Direção sobre acontecimentos do dia-a-dia?	
Diretor Técnico	24
Coordenador Pedagógico	9
Educadores	2
Outro(s)	6

8 – A Direção possui na sua equipa alguém com competência técnica para decidir sobre assuntos de carácter pedagógico?	
Sim	17
Não	22

8.1. – Se não, a Direção conta com algum apoio técnico para essas tomadas de decisão?	
Sim	14
Não	1

8.2. – Se sim, indique quem:	
Diretor Técnico	17

Coordenador Pedagógico	15
Educadores	8
Outro(s)	4

9 – Quem decide o método pedagógico a adotar por sala/valência?	
Diretor Técnico	9
Coordenador Pedagógico	13
Educadores	19
Outro(s)	0

10 – A realização de uma “atividade espontânea” pelo Educador, fora da rotina habitual (por ex. um picnic fora do refeitório, um passeio no jardim, ...) carece de autorização prévia de superior hierárquico?	
Sim	19
Não	10

11 – A realização de atividades fora do “Plano Anual de Atividades” carece de autorização prévia de superior hierárquico?	
Sim	20
Não	9

12 – No caso de ter respondido SIM nas questões 10 e/ou 11, concorda com a necessidade desse pedido de autorização?	
Sim	20
Não	0

13 – Sente que as suas ideias, propostas e opiniões são tidas em consideração pela Direção?	
Sempre	0
Muitas vezes	16
Poucas vezes	2
Nunca	10

ANEXO VI – TABELA COM AS RESPOSTAS DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS ÀS RESTANTES QUESTÕES

3 - Que valências possui a IPSS?	
Creche	20
Jardim de Infância	17
Centro de Dia	8
Lar	6
Apoio Domiciliário	11
Outros	10

4 – Das tarefas seguintes, indique aquelas que realizou/realiza nesta instituição?	
Elaboração do Projeto Educativo	20
Elaboração do Plano Anual de Atividades	20
Elaboração do Projeto de Valência	14
Elaboração do Projeto de Sala	15
Elaboração das Planificações Semanais	15
Elaboração dos Planos Individuais de Criança	16
Elaboração de Relatórios sobre as Crianças	17
Elaboração de Relatórios sobre as Atividades	16
Elaboração de Relatórios sobre o desempenho dos profissionais de educação	13
Entrevista aos profissionais que se candidatam à instituição	10

5 – O Diretor da IPSS está presente e acompanha os trabalhos do dia-a-dia da instituição?	
Nunca	1
1 a 2 vezes por mês	2
1 vez por semana	3
Várias vezes por semana	9
Todos os dias	7

5.1. – Se respondeu “nunca” ou “1 a 2 vezes por mês” ou “1 vez por semana”, indique qual(is) lhe parece ser o motivo?	
Tipo de emprego	3
Incompatibilidade de horários	3

Confiança nos funcionários	3
----------------------------	---

6 – Os restantes elementos da Direção da IPSS estão presentes e acompanham os trabalhos do dia-a-dia da instituição?	
Nunca	3
1 a 2 vezes por mês	6
1 vez por semana	4
Várias vezes por semana	7
Todos os dias	2

6.1. – Se respondeu “nunca” ou “1 a 2 vezes por mês” ou “1 vez por semana”, indique qual(is) lhe parece ser o motivo?	
Tipo de emprego	3
Incompatibilidade de horários	4
Confiança nos funcionários	6
Falta de interesse	1
Incompatibilidade relacionais com os funcionários	0
Outros	1

7 – Quem transmite a informação à Direção sobre acontecimentos do dia-a-dia?	
Diretor Técnico	17
Coordenador Pedagógico	12
Educadores	1
Outro(s)	3

8 – A Direção possui na sua equipa alguém com competência técnica para decidir sobre assuntos de carácter pedagógico?	
Sim	15
Não	7

8.1. – Se não, a Direção conta com algum apoio técnico para essas tomadas de decisão?	
Sim	7
Não	0

8.2. – Se sim, indique quem:

Diretor Técnico	0
Coordenador Pedagógico	14
Educadores	18
Outro(s)	0

9 – Quem decide o método pedagógico a adotar por sala/valência?	
Diretor Técnico	0
Coordenador Pedagógico	14
Educadores	18
Outro(s)	0

10 – A realização de uma “atividade espontânea” pelo Educador, fora da rotina habitual (por ex. um picnic fora do refeitório, um passeio no jardim, ...) carece de autorização prévia de superior hierárquico?	
Sim	13
Não	9

11 – A realização de atividades fora do “Plano Anual de Atividades” carece de autorização prévia de superior hierárquico?	
Sim	12
Não	9

12 – No caso de ter respondido SIM nas questões 10 e/ou 11, concorda com a necessidade desse pedido de autorização?	
Sim	13
Não	1

13 – Sente que as suas ideias, propostas e opiniões são tidas em consideração pela Direção?	
Sempre	4
Muitas vezes	16
Poucas vezes	2

Nunca	0
-------	---

ANEXO VII – TABELA COM AS RESPOSTAS DOS EDUCADORES ÀS RESTANTES QUESTÕES

3 - Que valências possui a IPSS?	
Creche	29
Jardim de Infância	26
Centro de Dia	10
Lar	11
Apoio Domiciliário	16
Outros	23

4 – Das tarefas seguintes, indique aquelas que realizou/realiza nesta instituição?	
Elaboração do Projeto Educativo	28
Elaboração do Plano Anual de Atividades	30
Elaboração do Projeto de Valência	14
Elaboração do Projeto de Sala	32
Elaboração das Planificações Semanais	32
Elaboração dos Planos Individuais de Criança	30
Elaboração de Relatórios sobre as Crianças	31
Elaboração de Relatórios sobre as Atividades	28
Elaboração de Relatórios sobre o desempenho dos profissionais de educação	4
Entrevista aos profissionais que se candidatam à instituição	1

5 – O Diretor da IPSS está presente e acompanha os trabalhos do dia-a-dia da instituição?	
Nunca	14
1 a 2 vezes por mês	30
1 vez por semana	9
Várias vezes por semana	39
Todos os dias	49

5.1. – Se respondeu “nunca” ou “1 a 2 vezes por mês” ou “1 vez por semana”, indique qual(is) lhe parece ser o motivo?	
Tipo de emprego	19
Incompatibilidade de horários	17
Confiança nos funcionários	28

6 – Os restantes elementos da Direção da IPSS estão presentes e acompanham os trabalhos do dia-a-dia da instituição?	
Nunca	27
1 a 2 vezes por mês	51
1 vez por semana	23
Várias vezes por semana	26
Todos os dias	14

6.1. – Se respondeu “nunca” ou “1 a 2 vezes por mês” ou “1 vez por semana”, indique qual(is) lhe parece ser o motivo?	
Tipo de emprego	37
Incompatibilidade de horários	28
Confiança nos funcionários	44
Falta de interesse	5
Incompatibilidade relacionais com os funcionários	0
Outros	5

7 – Quem transmite a informação à Direção sobre acontecimentos do dia-a-dia?	
Diretor Técnico	79
Coordenador Pedagógico	80
Educadores	8
Outro(s)	6

8 – A Direção possui na sua equipa alguém com competência técnica para decidir sobre assuntos de carácter pedagógico?	
Sim	93
Não	43

8.1. – Se não, a Direção conta com algum apoio técnico para essas tomadas de decisão?	
Sim	40
Não	3

8.2. – Se sim, indique quem:	
Diretor Técnico	53

Coordenador Pedagógico	73
Educadores	14
Outro(s)	15

9 – Quem decide o método pedagógico a adotar por sala/valência?	
Diretor Técnico	15
Coordenador Pedagógico	44
Educadores	122
Outro(s)	1

10 – A realização de uma “atividade espontânea” pelo Educador, fora da rotina habitual (por ex. um picnic fora do refeitório, um passeio no jardim, ...) carece de autorização prévia de superior hierárquico?	
Sim	91
Não	50

11 – A realização de atividades fora do “Plano Anual de Atividades” carece de autorização prévia de superior hierárquico?	
Sim	98
Não	43

12 – No caso de ter respondido SIM nas questões 10 e/ou 11, concorda com a necessidade desse pedido de autorização?	
Sim	97
Não	3

13 – Sente que as suas ideias, propostas e opiniões são tidas em consideração pela Direção?	
Sempre	19
Muitas vezes	81
Poucas vezes	32
Nunca	9

